



**CLIPPING E CURADORIA DE NOTÍCIAS**  
**12 e 13/04/2021**

## ÍNDICE

1. RELATÓRIO
2. Prejuízo do turismo brasileiro chega a R\$ 341,1 bi – BAHIA E ECONOMIA – Bahia – 12/05/2021
3. RN participará do Encontro Nacional da Rede de Inteligência de Mercado no Turismo – E-TURISMO/TRIBUNA DO NRTE – Rio Grande do Norte – 12/05/2021
4. Turismo brasileiro perdeu R\$ 341 bi com a pandemia, estima CNC – VALOR – Rio de Janeiro – 12/05/2021
5. Confira a íntegra do novo decreto que libera bebidas e amplia aulas no RN – PORTAL GRANDE PONTO – Rio Grande do Norte – 12/05/2021
6. Presidente da Fecomércio diz o que achou do novo decreto – BLOG DO WASHINGTON– Rio Grande do Norte – 12/05/2021
7. Fecomercio: CNC reduz para 4% projeção de crescimento dos serviços em 2021 – VERSÁTIL NEWS – Rio Grande do Norte – 12/05/2021
8. ECONOMIA: CNC diz que sem o Pronampe milhões de empreendimentos correm o risco de serem inviabilizados – POLÍTICA REAL– Distrito Federal– 12/05/2021
9. RN é destaque em Encontro Nacional de dados de turismo – CRISTINA LIRA – Rio Grande do Norte – 12/05/2021
10. RN é destaque em Encontro Nacional de dados de turismo – BLOG ANTENADO – Rio Grande do Norte – 12/05/2021
11. Pandemia traz prejuízo de R\$ 341 bilhões para o turismo no Brasil – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 13/05/2021

12. Relator apresenta parecer final da reforma tributária – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 13/05/2021
13. Wajgarten admite que governo ignorou Pfizer – ESTADÃO – São Paulo – 13/05/2021
14. Ibaneis teve cota do orçamento secreto – ESTADÃO – São Paulo – 13/05/2021
15. Apesar da queda de mortes, 13 Estados registram alta de infecções pela covid – ESTADÃO – São Paulo – 13/05/2021
16. STF derruba patentes farmacêuticas já prorrogadas e em vigor há 20 anos – ESTADÃO – São Paulo – 13/05/2021
17. Brasil e Turquia mantêm dólar mais caro – ESTADÃO – São Paulo – 13/05/2021
18. Acusado de mentir, Wajgarten é ameaçado com prisão em CPI – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 13/05/2021
19. Canetada da Economia eleva salários de Bolsonaro e ministros em até 69% – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 13/05/2021
20. Setor de serviços cai 4% em março e volta a ficar abaixo do pré-pandemia – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 13/05/2021
21. Bolsonaro sanciona afastamento de grávida do trabalho presencial durante a crise sanitária – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 13/05/2021
22. Cármen vota contra o governo em causa bilionária sobre ICMS – FOLHA DE SÃO PAULO – São Paulo – 13/05/2021
23. GRÁFICOS

## RELATÓRIO

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu derrubar patentes de produtos farmacêuticos e de equipamentos da área de saúde que já tinham sido prorrogadas para além do prazo-limite original, de até 20 anos. A decisão vai permitir que 3.345 produtos, muitos deles medicamentos de alto custo, tenham agora a patente derrubada, permitindo a produção de genéricos. O assunto foi manchete em todos os principais jornais do País nesta quinta-feira (13).

O GLOBO ressalta que a decisão STF vai reduzir preços dos genéricos, segundo fabricantes, enquanto o VALOR informa que a decisão do Supremo beneficia o SUS. O jornal econômico diz que com os medicamentos caindo em domínio público mais rapidamente e o surgimento de genéricos e similares, a União poderá reduzir os desembolsos feitos em bilhões de reais.

Outro assunto que dominou os jornais desta quinta, e não poderia ser diferente, foi a CPI da Covid. A quarta-feira foi quente, de tesão, baixaria e bate-boca entre os parlamentares. Relator da CPI, o senador Renan Calheiros chegou a ameaçar prender o depoente, o ex-secretário de comunicação do governo, Fabio Wajngarten. Na mesma linha, o senador Flávio Bolsonaro saiu em defesa de Wajngarten e chamou Renan de "vagabundo". Foi destaque no O GLOBO. Em depoimento, o ex-chefe da Secom diz que empresa ficou dois meses sem resposta após se dispor, em carta, a negociar vacinas com o País (ESTADÃO). A CPI pediu ao Ministério Público para apurar suposto 'falso testemunho' de Wajngarten.

Além do clima quente da CPI da Covid, a FOLHA DE SÃO PAULO deu grande destaque à nova pesquisa do Datafolha, que coloca Lula na liderança da corrida eleitoral de 2022 com folga. O ex-presidente tem 55% dos votos, segundo a pesquisa, contra 32% de Bolsonaro, numa suposta disputa de 2º turno. O jornal revela, tendo como norteador os dados da pesquisa que o petista retomou territórios, enquanto o presidente vê a sua base mais restrita. Bolsonaro tem maior rejeição: 54% contra 36% do oponente (Lula).

O prejuízo amargado pelo setor de Turismo ganhou manchete nas capas do VALOR e da TRIBUNA DO NORTE desta quinta-feira. As atividades turísticas já somam uma perda de R\$ 341,1 bilhões desde o agravamento da pandemia, em março de 2020. O setor chegou a abril deste ano operando com aproximadamente 61,4% da sua capacidade mensal de geração de receitas, segundo cálculos da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

A retração no setor de Serviços, que caiu 4% em março, também ganhou as páginas dos jornais. A FOLHA DE SÃO PAULO destaca que o segmento, que inclui hotéis, bares e restaurantes, tem sido prejudicado pelo aperto nas restrições de atividade para evitar o contágio por Covid. O VALOR destaca ainda que, mesmo com a retração, os economistas consideram o resultado surpreendente do ponto de vista positivo, diante das circunstâncias. No setor de comércio, vale destacar um estudo publicado pelo VALOR, que revela um aumento (em até três vezes) da participação da China na América Latina, até 2035, o que elevaria de 15% a 24% as exportações e importações totais da AI com o Planeta.

## Prejuízo do turismo brasileiro chega a R\$ 341,1 bi – BAHIA E ECONOMIA – Bahia – 12/05/2021

Link	<a href="https://bahiaeconomica.com.br/wp/2021/05/12/prejuizo-do-turismo-brasileiro-chega-a-r-3411-bi/">https://bahiaeconomica.com.br/wp/2021/05/12/prejuizo-do-turismo-brasileiro-chega-a-r-3411-bi/</a>
------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

### PREJUÍZO DO TURISMO BRASILEIRO CHEGA A R\$ 341,1 BI

As atividades turísticas já somam um prejuízo de R\$ 341,1 bilhões desde o agravamento da pandemia do novo coronavírus no País, em março de 2020. O setor chegou a abril deste ano operando com aproximadamente 61,4% da sua capacidade mensal de geração de receitas, calcula a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Mais da metade (52,6%) do prejuízo apurado até agora pelo setor ficou concentrado nos estados de São Paulo (R\$ 137,7 bilhões) e Rio de Janeiro (R\$ 41,7 bilhões). A estimativa da CNC considera o que o turismo deixou de arrecadar desde a segunda quinzena de março de 2020 até o fim de abril, tendo como base informações das pesquisas conjunturais e estruturais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de séries históricas referentes aos fluxos de passageiros e aeronaves nos 16 principais aeroportos brasileiros.

O agregado especial de Atividades turísticas recuou 22,0% em março ante fevereiro, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgados hoje pelo IBGE. Com o retrocesso de março, o segmento ainda precisa crescer 78,7% para retomar ao patamar de fevereiro do ano passado, no pré-pandemia.

A CNC diminuiu sua projeção para o crescimento do volume de receitas do turismo em 2021, de uma alta de 18,8% para um avanço de 18,2%, após o tombo de 36,6% do ano passado.

**RN participará do Encontro Nacional da Rede de Inteligência de Mercado no Turismo – E-TURISMO/TRIBUNA DO NRTE – Rio Grande do Norte – 12/05/2021**

Link	<a href="https://bahiaeconomica.com.br/wp/2021/05/12/prejuizo-do-turismo-brasileiro-chega-a-r">https://bahiaeconomica.com.br/wp/2021/05/12/prejuizo-do-turismo-brasileiro-chega-a-r</a> <a href="http://blog.tribunadonorte.com.br/eturismo/934183411-bi/">http://blog.tribunadonorte.com.br/eturismo/934183411-bi/</a>
------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## **RN participará do Encontro Nacional da Rede de Inteligência de Mercado no Turismo**

Para fortalecer a troca de experiências e o compartilhamento de casos de sucesso, os estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Norte foram convidados para partilhar suas experiências exitosas na 12ª edição do Encontro Nacional da Rede de Inteligência de Mercado no Turismo (RIMT). Em formato virtual, ocorrerá na próxima segunda-feira (17). O sistema de informações turísticas do RN será o único presente fora da região Sul-Sudeste.

O público do evento será composto por representantes de estados da Federação, das secretarias e órgãos estaduais de Turismo, do Sebrae, do Ministério do Turismo e da Embratur, siglas que compõem seu comitê gestor. O espaço se propõe como um local de debate e discussões sobre essas soluções.

Para Leonardo Seabra, responsável pelo setor de Inteligência da Emprotur, o convite de exposição nacional representa a valorização do trabalho da Empresa de Promoção Turística Estadual. “É uma oportunidade de discutirmos estratégias para superarmos um dos maiores desafios da gestão do turismo no país: a disponibilidade de dados confiáveis, atualizados e relevantes; fundamentais para subsidiar a elaboração de políticas e ações no setor”, explicou.

O projeto é uma parceria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte com o setor de inteligência da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – Fecomércio. O SÍRIO, como foi recentemente batizado, é a única ferramenta de gerenciamento de dados no Nordeste.

O sistema busca trazer uma gestão eficiente e cada vez mais conectada, utilizando-se de ferramentas estratégicas para auxiliar no processo de tomada de decisão, além de ampliar a geração de inteligência de dados ligados à atividade turística, tornando disponíveis as informações para subsidiar as decisões sejam dos setores governamentais, instituições e da iniciativa privada.

A RIMT tem como principal objetivo gerar um processo de sinergia e inteligência que permita ampliar a profissionalização do marketing turístico nos destinos brasileiros. Além de seus membros efetivos, a RIMT conta com mais de 4.000 participantes inscritos, que disseminam conteúdos e contribuem com essa rede.

12/05/2021

Link	<a href="https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/05/12/turismo-brasileiro-perdeu-r-341-bi-com-a-pandemia-estima-cnc.ghtml">https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/05/12/turismo-brasileiro-perdeu-r-341-bi-com-a-pandemia-estima-cnc.ghtml</a>
------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## Turismo brasileiro perdeu R\$ 341 bi com a pandemia, estima CNC

As perdas do turismo brasileiro com a pandemia chegam a R\$ 341,1 bilhões, segundo estimativa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O cálculo é do economista sênior Fabio Bentes, e considera o período de março de 2020 a abril

de 2021, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e de fluxos de passageiros e aeronaves nos dezesseis principais aeroportos do país.

O setor de turismo se encontra 44% abaixo do patamar de fevereiro de 2020, antes do início da pandemia no país, uma situação muito mais crítica que outros setores da economia, como serviços em geral (-2,8%), varejo (-0,3%) e indústria (0%). “O setor de turismo é o mais atingido pela crise trazida pela pandemia, numa situação muito mais distante que os serviços como um todo, o varejo e a indústria”, diz Bentes.



**A 2 MIN.  
DO METRÔ**  
ROOFTOP  
COM VISTA  
DESLUMBRANTE  
NO MELHOR  
PONTO DE  
BOTAFOGO.

**SAIBA MAIS**



Mais da metade do prejuízo de R\$ 341,1 bilhões (52,6%) está concentrado em São Paulo (R\$ 137,7 bilhões) e no Rio de Janeiro (R\$ 41,7 bilhões). Pelas contas da CNC, os serviços turísticos operavam, em média, em março de 2021, com 61,4% do seu potencial mensal de geração de receitas, percentual inferior aos de 63,8% de dezembro do ano passado.

Na avaliação de Bentes, a flexibilização das medidas restritivas a partir de abril deve diminuir as perdas mensais para o turismo, mas o cenário ainda "é complexo a médio prazo". "O avanço lento e as interrupções na aplicação da vacinação em diversas regiões do país apontam um ritmo lento de recuperação das atividades neste ano, com um quadro mais favorável só a partir do segundo semestre", diz ele.

Parte da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE, o índice de atividades turísticas teve queda de 22% em março frente a fevereiro. É a maior queda desde abril de 2020 (-54,5%) e ocorre após um ganho acumulado de 127,2% do setor entre maio de 2020 e fevereiro de 2021. Para recuperar o patamar pré-pandemia, é preciso que o setor registre uma alta de 78,7%.

Na passagem entre fevereiro e março, todos os 12 locais pesquisados pelo IBGE no índice de atividades turísticas tiveram queda. A principal influência veio de São Paulo (-21,5%) – onde foram decretadas medidas mais amplas de restrição -, seguida por Rio de Janeiro (-17,2%), Paraná (-26,5%), Minas Gerais (-17,4%), Santa Catarina (-26,2%) e Pernambuco (-24,9%).



Confira a íntegra do novo decreto que libera bebidas e amplia aulas no RN – PORTAL GRANDE

PONTO – Rio Grande do Norte – 12/05/2021

Link	<a href="https://www.grandeponeto.com.br/noticia/confira-a-integra-do-novo-decreto-que-libera-bebidas-e-amplia-aulas-no-rn">https://www.grandeponeto.com.br/noticia/confira-a-integra-do-novo-decreto-que-libera-bebidas-e-amplia-aulas-no-rn</a>
------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## Confira a íntegra do novo decreto que libera bebidas e amplia aulas no RN



O Governo do RN publicou nesta quarta-feira (12) o novo decreto flexibilizando as restrições de prevenção contra a Covid-19. Entre as mudanças estão a manutenção do toque de recolher das 22h às 05h todos os dias, excluindo a integralidade aos domingos e feriados, liberação de venda de bebidas alcoólicas em bares e restaurantes e ampliação das atividades presenciais em séries do Ensino Fundamental e Médio nas escolas.

Além disso, atividades religiosas, antes limitadas à frequência de 30%, também passarão por flexibilização. O novo texto foi publicado na edição desta quarta-feira (12) do Diário Oficial do Estado (DOE).

**Confira abaixo o decreto na íntegra:**

*DECRETO Nº 30.562, DE 11 DE MAIO DE 2021.*

**A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 64, V e VII, da Constituição Estadual,

*Considerando que o cenário epidemiológico decorrente da pandemia da COVID-19 ainda preocupa e inspira cuidados, a exigir prudência no processo de retomada das atividades socioeconômicas;*

*Considerando a importância de um planejamento responsável nas ações de combate à pandemia, definindo parâmetros e protocolos sanitários que, de um lado, assegurem a proteção à saúde e, de outro, permitam resgatar a atividade econômica no Estado, fundamental para a preservação dos empregos e da renda da população, afetados pelas necessárias restrições de funcionamento;*

*Considerando o Auxílio Emergencial demonstrar-se insuficiente à subsistência dos trabalhadores, agravado ainda pela demora na instrumentalização do pagamento das novas parcelas, o que dificulta a persistência das medidas de isolamento social rígido;*

*Considerando a Carta Conjunta nº 001/2021-GP, apresentada pelas Federações e Entidades empresariais, representantes de empreendedores potiguares, integrado pela FIERN, FECOMÉRCIO/RN, FAERN, FETRONOR, SEBRAE, FACERN, FCDL, CDL Natal, ACRN, ACIM e ABRASEL, em que sugerem diversas medidas, dentre as quais a limitação e diferenciação dos horários de funcionamento dos diversos setores econômicos;*

*Considerando as diretrizes previstas no Documento Potiguar – Diretrizes para Retomada das Atividades Escolares nos Sistemas Estadual e Municipais de Ensino do Rio Grande do Norte, oriundo do Comitê de Educação para Gestão das Ações de Combate à Pandemia da COVID-19 e aprovado pela Resolução nº 04, de 21 de setembro de 2020, do Conselho Estadual de Educação;*

*Considerando que o combate à pandemia e a adoção de medidas de prevenção são questões que devem ser enfrentadas por toda a sociedade, e que o esforço para a superação da crise é de responsabilidade conjunta de governos, de empresas e de cidadãos;*

**DECRETA:**

## CAPÍTULO I

### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

*Art. 1º Este Decreto estabelece medidas restritivas, de caráter excepcional e temporário, destinadas ao enfrentamento da pandemia de COVID-19, vigentes entre 12 de maio e 27 de maio de 2021.*

*Art. 2º A Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP), em conjunto com os demais órgãos estaduais e municipais competentes, fiscalizará o cumprimento das medidas restritivas, competindo-lhes o monitoramento dos dados epidemiológicos, para fins de avaliação e permanente acompanhamento do estabelecido neste Decreto.*

*Parágrafo único. As forças de segurança do Estado do Rio Grande do Norte promoverão operações constantes para garantir a aplicação das medidas dispostas neste Decreto, bem como assegurar o distanciamento social e coibir aglomerações, sem prejuízo das ações complementares de fiscalização e planejamento a serem realizadas pelos municípios.*

## CAPÍTULO II

### DO TOQUE DE RECOLHER

*Art. 3º Fica mantido o “toque de recolher”, consistente na proibição de circulação de pessoas em todo o Estado do Rio Grande do Norte, como medida de diminuição do fluxo populacional em ruas e espaços públicos e consequente mitigação de aglomerações, vigente das 22h às 05h da manhã do dia seguinte, todos os dias da semana.*

*§ 1º Não se aplicam as medidas de toque de recolher às seguintes atividades:*

*I – serviços públicos essenciais;*

*II – serviços relacionados à saúde, incluídos os serviços médicos, hospitalares, atividades de podologia, entre outros;*

*III – farmácias, drogarias e similares, bem como lojas de artigos médicos e ortopédicos;*

*IV – supermercados, mercados, padarias, feiras livres e demais estabelecimentos voltados ao abastecimento alimentar, vedada a consumação no local no período do toque de recolher;*

*V – atividades de segurança privada;*

*VI – serviços funerários;*

*VII – petshops, hospitais e clínicas veterinárias;*

*VIII – serviços de imprensa e veiculação de informação jornalística;*

*IX – correios, serviços de entregas e transportadoras;*

*X – postos de combustíveis e distribuição de gás;*

XI – hotéis, flats, pousadas e acomodações similares;

XII – lavanderias;

XIII – atividades financeiras e de seguros;

XIV – atividades de construção civil;

XV – serviços de telecomunicações e de internet, tecnologia da informação e de processamento de dados;

XVI – atividades industriais;

XVII – serviços de manutenção em prédios comerciais, residenciais ou industriais, incluindo elevadores, refrigeração e demais equipamentos;

XVIII – serviços de transporte de passageiros;

XIX – serviços de suporte portuário, aeroportuário e rodoviário;

XX – cadeia de abastecimento e logística.

§ 2º Em qualquer horário de incidência do toque de recolher, os estabelecimentos comerciais de qualquer natureza e prestadores de serviço poderão funcionar exclusivamente por sistema de entrega (**delivery**), **drive-thru** e **take away**.

§ 3º Os estabelecimentos de alimentação relacionados nas Portarias Conjuntas GAC/SESAP/SEDEC nº 11/2020 e nº 15/2020 disporão de 60 (sessenta) minutos de tolerância, após o início da vigência do toque de recolher previsto no caput deste artigo, exclusivamente para o encerramento de suas atividades presenciais, vedado o atendimento de novos clientes.

§ 4º Aplicam-se aos restaurantes localizados no interior de hotéis e pousadas os mesmos protocolos sanitários dos demais estabelecimentos do ramo de alimentação.

§ 5º Durante a vigência do toque de recolher é permitido o deslocamento de pessoas entre o local de trabalho e o domicílio residencial, bem como nos casos dos serviços excetuados pelos §§ 1º e 3º deste artigo, pelo art. 11, § 2º deste Decreto e em situações de emergência, seja por meio de serviço de transporte de passageiros ou veículo próprio.

### CAPÍTULO III

#### DOS PROTOCOLOS SANITÁRIOS GERAIS

Art. 4º Sem prejuízo dos Protocolos Gerais estabelecidos na Portaria Conjunta nº 002/2021-GAC/SESAP/SEDEC, de 19 de março de 2021, as atividades com atendimento presencial deverão seguir as regras de funcionamento estabelecidas no Anexo Único deste Decreto.

**Da obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção**



*Art. 5º Permanece em vigor o dever geral de proteção individual no Estado do Rio Grande do Norte, consistente no uso obrigatório de máscara de proteção facial por todos aqueles que, independente do local de destino ou naturalidade, ingressarem no território estadual, bem como por aqueles que precisarem sair de suas residências, especialmente quando do uso de transporte público, individual ou coletivo, ou no interior de estabelecimentos abertos ao público, durante o estado de calamidade pública decorrente da COVID-19, ficando excepcionado(a)s dessa vedação:*

*I – pessoas com transtorno do espectro autista, com deficiência intelectual, com deficiências sensoriais ou com quaisquer outras deficiências que as impeçam de fazer o uso adequado de máscara de proteção facial, conforme declaração médica;*

*II – crianças com menos de 3 (três) anos de idade;*

*III – aqueles que, utilizando máscara de proteção facial, estiverem sentados à mesa de estabelecimento para alimentação fora do lar e tiver de retirá-la exclusivamente durante a consumação.*

*§ 1º Os órgãos públicos, os estabelecimentos privados e os condutores e operadores de veículos de transporte de passageiros ficam obrigados a exigir o uso de máscaras de proteção facial pelos seus servidores, empregados, colaboradores, consumidores e usuários.*

*§ 2º Os órgãos públicos e os estabelecimentos privados devem fornecer as máscaras de proteção facial a seus servidores, funcionários e colaboradores.*

***Do dever especial de proteção ao idoso e à pessoa com comorbidade***

*Art. 6º Diante do atual quadro da pandemia e com o objetivo de minimizar o risco de contágio pelo novo coronavírus, orienta-se aos idosos e às demais pessoas enquadradas no grupo de risco da COVID-19 que observem a recomendação de intensificação dos cuidados com a sua circulação, ainda que com o uso obrigatório de máscaras de proteção facial.*

#### **Dos protocolos no ambiente de trabalho**

*Art. 7º Com o específico fim de evitar a propagação do novo coronavírus, todos os estabelecimentos comerciais e industriais devem cumprir as normas sanitárias estabelecidas no Decreto nº 29.742, de 04 de junho de 2020 e nos protocolos sanitários específicos estabelecidos pelas Portarias Conjuntas, bem como as medidas a seguir estabelecidas:*

*I – intensificar a triagem dos trabalhadores sintomáticos;*

*II – realizar testes de diagnóstico em todos os trabalhadores sintomáticos*

*III – realizar rastreio de contatos;*

*IV – proceder com a notificação dos casos aos órgãos de acompanhamento de controle epidemiológico do Estado e acionar a Secretaria Municipal de Saúde local para auxiliar na realização da investigação do caso e de rastreamento de contatos;*

*V – afastar o trabalhador sintomático e seus contatos pelo período recomendado de isolamento domiciliar.*

*Art. 8º Sem prejuízo da observância aos protocolos sanitários específicos, os responsáveis pelos estabelecimentos em funcionamento deverão:*

*I – orientar e cobrar de seus clientes e trabalhadores o cumprimento dos protocolos específicos de segurança sanitária;*

*II – esclarecer junto aos trabalhadores que a prestação de declarações falsas, posteriormente comprovadas, os sujeitará à responsabilização criminal, bem como às sanções decorrentes do exercício do poder diretivo patronal;*

*III – disponibilizar equipamentos de proteção individual aos trabalhadores, de acordo com o risco à exposição;*

*IV – utilizar produtos de limpeza e desinfecção registrados na ANVISA.*

*§1º A empresa deve fornecer máscaras de proteção facial em quantidade suficiente aos seus trabalhadores, devendo haver a substituição sempre que estiver úmida, com sujeira aparente, danificada ou se houver dificuldade para respirar, nos seguintes termos:*

*I – preferencialmente do modelo PFF2; ou*

*II – se descartáveis, deverá haver a substituição da máscara a cada 3 (três) horas;*

*III – em situações excepcionais, de tecidos, associando-as a outra medida de proteção definida Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), como **face shield** ou maior distanciamento entre os postos de trabalho.*

*§2º A Secretaria de Estado de Saúde Pública editará norma complementar sobre utilização e substituição de máscaras, assim como associação de outros meios de proteção facial.*

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DAS MEDIDAS DE FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES E SERVIÇOS SOCIOECONÔMICOS**

*Art. 9º Com o fim específico de evitar a propagação do novo coronavírus (COVID-19), permanecem suspensos, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte:*

*I – o funcionamento de circos, parques de diversões, museus, bibliotecas, teatros, cinemas e demais equipamentos culturais;*

*II – a realização de shows, festas ou qualquer outra modalidade de eventos de massa, inclusive os realizados em locais privados, como os condomínios edilícios.*

*III – as atividades recreativas em clubes sociais.*

*Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede o funcionamento para fins de administração, manutenção e fiscalização das atividades elencadas.*

*Art. 10. Sem prejuízo da observância dos protocolos sanitários vigentes, fica autorizada a abertura e funcionamento das seguintes atividades:*

*I – os parques naturais, públicos ou privados, em áreas urbanas ou rurais, com redução de 50% de sua capacidade máxima;*



*II – as atividades esportivas profissionais, previstas em agenda de campeonatos oficiais, desde que observada a proibição de público, bem como a realização de testagem em todos os participantes às vésperas de cada jogo;*

*III – a prática de esportes coletivos em arenas, clubes esportivos, academias e similares;*

*Parágrafo único. A autorização para realização de eventos corporativos, técnicos, científicos, culturais, artísticos, sociais, comemorativos e afins, serão objeto de plano específico de retomada gradual, instrumentalizado por meio de Portaria Conjunta.*

### **Das atividades religiosas**

*Art. 11. Fica permitida a abertura das igrejas, templos, espaços religiosos de matriz africana, centros espíritas, lojas maçônicas e estabelecimentos similares, inclusive para atividades de natureza coletiva, respeitados os protocolos sanitários vigentes, especialmente o distanciamento mínimo de 1,5 m (um metro e meio) entre as pessoas, a limitação de 1 (uma) pessoa para cada 5 m<sup>2</sup> (cinco metros quadrados) de área do estabelecimento ou frequência não superior a 30% (trinta por cento) da capacidade máxima, podendo chegar a 50% (cinquenta por cento) dessa capacidade se utilizadas as áreas abertas, mediante prévia autorização da vigilância sanitária.*

*§ 1º Na hipótese do caput deste artigo, fica o dirigente do templo responsável por assegurar o controle e a higienização do local, bem como por orientar os frequentadores acerca dos riscos de contaminação pelo novo coronavírus.*

*§2º Fica autorizada, na vigência do toque de recolher previsto no art. 3º deste Decreto, a realização de atividades de natureza religiosa de forma virtual, sem a presença de público, ficando a equipe responsável para a preparação da celebração ressalvada da restrição de circulação.*

### **Do Transporte Público Intermunicipal**

*Art. 12. Fica mantida a proibição de transportar passageiros em pé no âmbito do Sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Rio Grande do Norte (STIP/RN), sem prejuízo do disposto no Decreto Estadual nº 29.927, de 14 de agosto de 2020, bem como, no que couber, as medidas previstas na Portaria nº 017/2020 – GAC/SESAP/SEDED, de 31 de julho de 2020.*

*Parágrafo único. O condutor deverá impedir o acesso de passageiros sem utilização de máscara de proteção facial, e em caso de recusa do usuário, acionará a autoridade policial para adoção das medidas cabíveis.*

### **Das atividades de ensino**

*Art. 13. Observado o cumprimento dos protocolos sanitários previstos no “Documento Potiguar – Diretrizes para Retomada das Atividades Escolares nos Sistemas Estadual e Municipais de Ensino do Rio Grande do Norte”, as instituições de ensino poderão ampliar seu funcionamento de forma gradual, em sistema híbrido e de modo facultativo, às seguintes séries educacionais:*

- I – a partir de 17 de maio, o 6º e o 7º ano do ensino fundamental e a 2ª série do ensino médio;*
- II – a partir de 31 de maio, o 8º e o 9º ano do ensino fundamental e a 1ª série do ensino médio;*
- III – a partir de 17 de maio, o ensino técnico profissionalizante.*

*§ 1º Permanecem suspensas as aulas presenciais, para os níveis, etapas e modalidades educacionais não contemplados nos incisos do caput, das unidades das redes pública e privada de ensino, incluindo instituições de ensino superior, devendo, quando possível, manter o ensino remoto.*

*§ 2º Não se sujeita à previsão do § 1º as atividades de educação em que o ensino remoto seja inviável, exclusivamente para treinamento de profissionais de saúde, bem como aulas práticas e laboratoriais para concluintes do ensino superior.*

*§ 3º A natureza de essencialidade da atividade educacional não afasta a incidência sobre esse setor de normas restritivas com vistas a coibir a disseminação do novo coronavírus.*

*Art. 14. No tocante à rede pública estadual de ensino, considerando a decisão lavrada em termo de audiência conciliatória nos autos do Processo nº 0800487-05.2021.8.20.5001, a retomada das aulas presenciais está condicionada à elaboração do “plano de retomada das atividades escolares presenciais com protocolo sanitário e pedagógico” em consonância com os dados epidemiológicos no Estado do Rio Grande do Norte, a ser apresentado até o dia 12 de maio de 2021.*

*Parágrafo único. O Estado do Rio Grande do Norte editará ato normativo específico para apresentação e divulgação do Plano de Retomada às atividades escolares presenciais na rede pública estadual, nos termos do caput deste artigo.*

*Art. 15. Os diretores e responsáveis legais das instituições de ensino, cujo funcionamento híbrido esteja permitido, deverão observar, sem prejuízo das medidas constantes nos artigos 7º e 8º deste Decreto, todas as normas atinentes à medicina e segurança do trabalho, considerando o dever constitucional de manutenção de um ambiente laboral sadio para colaboradores, docentes e discentes, sob pena de responsabilização civil.*

*Parágrafo único. Fica recomendado aos gestores educacionais a priorização do trabalho remoto aos profissionais da educação integrantes do grupo de risco da COVID-19.*

## *CAPÍTULO V*

### *DAS MEDIDAS A SEREM ADOTADAS PELOS MUNICÍPIOS*

*Art. 16. Para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, os municípios deverão pautar-se para além dos deveres constitucionais, pelas seguintes diretrizes:*

- I – predominância dos interesses da coletividade na prevenção de contágio e enfrentamento da pandemia;*

*II – fiscalização do cumprimento das medidas sanitárias;*

*II – implantação coordenada, simultânea e regionalizada das medidas de restrição;*

*III – esclarecimento à população da situação pandêmica;*

*IV – publicidade e transparência na realização das despesas públicas e na gestão das medidas adotadas;*

#### **Das recomendações aos Municípios**

*Art. 17. Como medida de contingência à disseminação do novo coronavírus e visando reduzir aglomerações, recomenda-se aos municípios a adoção das seguintes medidas:*

*I – disciplinar o acesso do público às praias, lagoas, cachoeiras, açudes, rios e similares;*

*II – definir horários prioritários para pessoas idosas e em grupo de risco nos serviços em que permitido o funcionamento, especialmente nos serviços bancários e nos estabelecimentos de comércio de gêneros alimentícios;*

*III – determinar a diferenciação de horários de funcionamento para cada setor de atividade econômica, restringindo o quantitativo de pessoas por grupo familiar em estabelecimentos comerciais;*

*IV – proibir o transporte de passageiros em pé nos transportes públicos municipais;*

*V – disciplinar o funcionamento do transporte coletivo urbano, de modo a evitar aglomerações e demanda concentrada em determinados horários, conforme protocolos sanitários do setor.*

*VI – impedir o acesso de passageiros sem utilização de máscara de proteção facial em transportes públicos ou privados de passageiros;*

*VII – determinar aos condutores de veículos de transporte de passageiros a proibição de acesso sem o uso de máscaras de proteção facial.*

*VIII – realizar campanhas de divulgação e esclarecimento da atual situação pandêmica, inclusive da superlotação da rede hospitalar, bem como da necessidade de adoção de medidas sanitárias, utilização de máscaras de proteção facial, distanciamento social, dentro outros, com uso de linguagem simples e de fácil entendimento e utilização de meios de comunicação de fácil acesso à população, como carros de som, veiculação em redes sociais, dentre outros.*

*IX – reorganizar as feiras livres e similares, de modo a assegurar o distanciamento social, evitando-se aglomeração de pessoas e contatos proximais, mantendo as condições de higiene dos respectivos ambientes, observadas as recomendações da autoridade sanitária e o disposto no Decreto Estadual nº 29.583, de 1º de abril de 2020, e as alterações promovidas pelo Decreto Estadual nº 29.600, de 08 de abril de 2020;*

*X – articular a implantação coordenada das medidas de restrição, no âmbito de suas Regionais de Saúde (URSAP), de forma a garantir sua aplicação de forma simultânea, possibilitando a otimização do planejamento das ações de assistência e a constante avaliação do cenário epidemiológico.*

***Do dever de fiscalização pelo município***



*Art. 18. Os municípios deverão intensificar a fiscalização do cumprimento das medidas sanitárias de enfrentamento e prevenção ao novo coronavírus estabelecidas por este Decreto e nos protocolos setoriais, coibindo aglomerações, seja em espaços públicos ou privados, abertos ou fechados, sem prejuízo da possibilidade de, no âmbito de sua competência, editar medidas mais restritivas.*

*Parágrafo único. Para cumprimento das disposições do caput deste artigo, o Estado do Rio Grande do Norte disponibilizará suas forças de segurança aos municípios, por meio das operações do Programa Pacto Pela Vida.*

## *CAPÍTULO VI*

### *DAS SANÇÕES AO DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SANITÁRIAS*

*Art. 19. As pessoas físicas e jurídicas deverão sujeitar-se ao cumprimento dos protocolos sanitários e das medidas estabelecidas neste Decreto, sob pena de multa, interdição e demais sanções administrativas e penais, nos termos previstos em lei.*

*§ 1º A inobservância dos protocolos e das medidas de segurança recomendadas pelas autoridades sanitárias previstas neste Decreto, sujeita o infrator, cumulativamente:*

*I – às multas previstas nos artigos 15 e seguintes do Decreto Estadual nº 29.742, de 04 de junho de 2020;*

*II – às penas previstas no art. 10 da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;*

*III – ao enquadramento nas infrações e penalidades constantes dos art. 268 e 330 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal);*

*IV – à suspensão do alvará de funcionamento, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19;*

*V – à interdição total ou parcial do evento, instituição, estabelecimento ou atividade pelos órgãos de fiscalização declinados neste Decreto.*

*§ 2º As multas aplicadas pelos municípios no cumprimento do seu dever de fiscalização das medidas sanitárias serão recolhidas ao Fundo Municipal de Saúde, observadas as normas de cada ente.*

*§ 3º As multas aplicadas pelo Estado no cumprimento do seu dever de fiscalização das medidas sanitárias serão recolhidas ao Fundo Estadual de Saúde.*

## *CAPÍTULO VII*

### *DAS DISPOSIÇÕES FINAIS*

*Art. 20. A Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP) editará os atos complementares ao presente Decreto, devendo consultar e coordenar a edição de tais atos de forma conjunta com as demais pastas de governo que eventualmente sejam atingidas pelas matérias.*

*Parágrafo único. Continuam válidos os atos complementares aos Decretos Estaduais nº 30.419, de 17 de março de 2021, 30.388, de 05 de março de 2021, 30.383, de 26 de fevereiro de 2021, 30.458, de 1º de abril de 2021, e 30.516, de 22 de abril de 2021, bem como todos os protocolos específicos já editados por meio de portarias conjuntas.*

*Art. 21. O disposto neste Decreto terá vigência até o dia 27 de maio de 2021.*

*Art. 22. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.*

*Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal/RN, 11 de maio de 2021, 200ª da Independência e 133ª da República.*

*FÁTIMA BEZERRA*

*Cipriano Maia de Vasconcelos*

*ANEXO ÚNICO*

ATIVIDADES COM ATENDIMENTO PRESENCIAL	REGRAS DE FUNCIONAMENTO
Centros comerciais, shopping center, galerias e estabelecimentos congêneres	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Portaria Conjunta nº 002, de 19 de março de 2021;</li> <li>· Portaria Conjunta nº 014, de 20 de julho de 2020;</li> <li>· Portaria Conjunta nº 018, de 04 de agosto de 2020;</li> <li>· Horário de funcionamento das lojas: 10h às 20h;</li> <li>· Praças de alimentação: 11h às 22h, com tolerância de 60 (sessenta minutos) para encerramento das atividades.</li> <li>· Capacidade 50% limitada ou 1 pessoa para cada 5m<sup>2</sup>, o que for menor;</li> <li>· Adoção dos protocolos geral e setorial específico.</li> </ul>
Comércio, Serviços e Turismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Portaria Conjunta nº 002, de 19 de março de 2021;</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Portaria Conjunta nº 010, de 13 de julho de 2020;</li> <li>-Horário de funcionamento: 08h30 às 16h30;</li> <li>-Capacidade 50% limitada ou 1 pessoa para cada 5m<sup>2</sup>, o que for menor;</li> <li>-Adoção dos protocolos geral e setorial específico.</li> </ul>
<b>Food parks, restaurantes, bares, lojas de conveniência e similares</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Portaria Conjunta nº 002, de 19 de março de 2021;</li> <li>-Portaria Conjunta nº 011, de 13 de julho de 2020;</li> <li>-Portaria Conjunta nº 015, de 27 de julho de 2020;</li> <li>-Horário de funcionamento: 11h às 22h, com tolerância de 60 (sessenta) minutos para encerramento das atividades presenciais;</li> <li>-Capacidade 50% limitada ou 1 pessoa para cada 5m<sup>2</sup>, o que for menor;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Adoção dos protocolos geral e setorial específico;</li> <li>-Consumo e atendimento apenas para clientes sentados, exceto lojas de conveniência;</li> </ul>
<b>Salões de beleza, barbearias e afins</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Portaria Conjunta nº 002, de 19 de março de 2021;</li> <li>-Portaria Conjunta nº 010, de 13 de julho de 2020;</li> <li>-Capacidade 50% limitada ou 1 pessoa para cada 5m<sup>2</sup>, o que for menor;</li> <li>-Adoção dos protocolos geral e setorial específico.</li> </ul>
<b>Academias de ginástica, box de crossfit, estúdios de pilates e afins.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Portaria Conjunta nº 002, de 19 de março de 2021;</li> <li>-Portaria Conjunta nº 012, de 13 de julho de 2020;</li> <li>-Portaria Conjunta nº 018, de 04 de agosto de 2020;</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Horário de funcionamento: 05h às 22h;</li> <li>-Capacidade 50% limitada ou 1 pessoa para cada 6,25m<sup>2</sup>, o que for menor;</li> <li>-Adoção dos protocolos geral e setorial específico.</li> </ul>

Link	<a href="https://blogdowashington.com.br/presidente-da-fecomercio-diz-o-que-achou-do-novo-decreto/">https://blogdowashington.com.br/presidente-da-fecomercio-diz-o-que-achou-do-novo-decreto/</a>
------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## Presidente da Fecomércio diz o que achou do novo decreto

"Os avanços que o Decreto traz são de grande importância para começarmos a recuperar um segmento do nosso turismo que está enfrentando a maior crise de sua história. A liberação da venda de bebidas alcóolicas e a flexibilização do funcionamento de bares e restaurantes aos domingos são passos muito relevantes. O Sistema Fecomércio irá agora, junto com demais federações e entidades do setor produtivo, trabalhar na montagem de um plano de retomada específico para os segmentos de eventos e casas de recepção e, também, em um programa de conscientização dos empreendedores e dos clientes de bares e restaurantes para que a retomada permitida agora se dê com toda a responsabilidade que a pandemia ainda nos impõe. Afinal, os avanços precisam ser firmes e irreversíveis, o que só será possível com o comprometimento de todos nós com os protocolos e a biossegurança".



Marcelo Queiroz da Federação do Comércio no RN

Link	<a href="https://www.versatilnews.com.br/2021/05/fecomercio-cnc-reduz-para-4-projecao-de-crescimento-dos-servicos-em-2021/">https://www.versatilnews.com.br/2021/05/fecomercio-cnc-reduz-para-4-projecao-de-crescimento-dos-servicos-em-2021/</a>
------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## **Fecomercio: CNC reduz para 4% projeção de crescimento dos serviços em 2021**

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) diminuiu de 4,2% para 4% a expectativa de crescimento do volume de receitas dos serviços, em 2021. A estimativa tem como base os dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) de março, divulgada nesta quarta-feira (12/5) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O presidente da CNC, José Roberto Tadros, destaca que a flexibilização das medidas restritivas, a partir de abril, tende a reduzir as perdas mensais do setor, mas alerta que o cenário ainda se mostra complexo no médio prazo. “O avanço lento e as interrupções na vacinação em diversas regiões do País apontam um ritmo vagaroso de recuperação das atividades terciárias neste ano, com um quadro mais favorável somente a partir do segundo semestre”, afirma Tadros.

Segundo a PMS, o volume de receitas dos serviços recuou 4%, em relação a fevereiro, já descontados os efeitos sazonais. O resultado foi o mais negativo desde abril de 2020, quando a série registrou variação de -11,9%. Três dos cinco grupos de atividade apresentaram quedas em março, com destaque para a retração no volume de receitas de serviços prestados às famílias (-27%). “É o pior desempenho desde o auge das restrições operacionais da primeira onda da pandemia, em abril de 2020, quando este segmento recuou 45,6%”, indica Fabio Bentes, economista da CNC responsável pela análise. Na comparação com março de 2020, início da pandemia no Brasil, o setor de serviços registrou a primeira alta após 12 meses (+4,5%).

### **Turismo**

Do ponto de vista da geração de receitas, o turismo é o segmento mais afetado pela disseminação da covid-19. Ao fim do primeiro trimestre, o nível de produção do setor se encontrou 44% abaixo do verificado no período pré-pandemia. “Mesmo com a perspectiva de avanços anuais significativos em abril e maio, por conta do efeito estatístico, a CNC revisou de 18,8% para 18,2% a projeção de crescimento do volume de receitas do turismo em 2021”, aponta Bentes, ressaltando que atualmente os serviços turísticos operam, em média, com 61,4% do seu potencial mensal de geração de receitas – menos que os 63,8% apurados em dezembro do ano passado.

A Confederação calcula que, em 14 meses (de março de 2020 a abril de 2021), o turismo brasileiro perdeu R\$ 341,1 bilhões. Os Estados de São Paulo (R\$ 137,7 bilhões) e Rio de Janeiro (R\$ 41,7 bilhões), principais focos da covid-19 no Brasil, concentram mais da metade (52,6%) do prejuízo nacional.

Alexandre Sampaio, diretor responsável pelo Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur) da CNC, reforça a necessidade da manutenção de programas como o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), que teve seu caráter permanente aprovado nesta terça-feira (11) pelo Senado e agora vai para sanção presidencial. “É inegável que, dentro do nosso segmento, essa decisão traz, para o empresariado do setor de hospedagem, alimentação e similares, a possibilidade de um recomeço”, ressalta Sampaio.



**ECONOMIA: CNC diz que sem o Pronampe milhões de empreendimentos correm o risco de serem inviabilizados – POLÍTICA REAL– Distrito Federal– 12/05/2021**

Link	<a href="https://politicareal.com.br/noticias/derradeiras/587270/economia-cnc-diz-que-sem-o-pronampe-milhoes-de-empresendimentos-correm-o-risco-de-serem-inviabilizados">https://politicareal.com.br/noticias/derradeiras/587270/economia-cnc-diz-que-sem-o-pronampe-milhoes-de-empresendimentos-correm-o-risco-de-serem-inviabilizados</a>
------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## **ECONOMIA: CNC diz que sem o Pronampe milhões de empreendimentos correm o risco de serem inviabilizados**

(Brasília-DF, 12/05/2021) O Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) foi aprovado nessa terça-feira ,11, pelo Senado e vai à sanção presidencial. O Pronampe agora é um programa permanente do Governo do Brasil. Em nota, a Confederação Nacional do Comércio(CNC) informou que já tinha pedido ao Governo Federal que desse continuidade ao programa surgido no ano passado.

Veja nota:

Nota CNC

Pronampe permanente

Defendido pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o caráter permanente do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) foi aprovado nessa terça-feira (11) pelo Senado e agora vai para sanção presidencial. O programa foi criado em maio do ano passado para auxiliar na manutenção dos pequenos negócios e dos empregos durante a pandemia do novo coronavírus.

A favor do projeto, a CNC chegou a enviar um ofício ao governo, em março, solicitando a prorrogação da carência para início do pagamento dos empréstimos contraídos no âmbito do programa. "O Pronampe foi determinante para garantir a sustentabilidade financeira dos estabelecimentos, permitindo a sobrevivência de milhões de empresas no País frente aos graves impactos decorrentes da crise do novo coronavírus", afirma José Roberto Tadros, presidente da CNC, ressaltando que sem o programa o País "corre o risco de inviabilizar milhões de empreendimentos".

**RN é destaque em Encontro Nacional de dados de turismo – CRISTINA LIRA – Rio Grande do Norte – 12/05/2021**

Link

<https://cristinalira.com/rn-e-destaque-em-encontro-nacional-de-dados-de-turismo/>

## **RN é destaque em Encontro Nacional de dados de turismo**

📅 12 de maio de 2021    👤 Cristina Lira Turismo    📁 Notícias

*A ferramenta pioneira de dados turísticos do Governo do RN será apresentada em Encontro Nacional da Rede de Inteligência de Mercado no Turismo (RIMT)*

Visando fortalecer a troca de experiências e o compartilhamento de casos de sucesso, os estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Norte foram convidados para compartilharem suas experiências exitosas na 12ª edição do RIMT, Encontro Nacional da Rede de Inteligência de Mercado no Turismo. O evento em formato virtual ocorrerá na próxima segunda-feira (17) e o sistema de informações turísticas do RN, batizado recentemente de Sírio, será o único em destaque fora da região Sul-Sudeste.

O público do evento contará com representantes de todos os estados da Federação, das secretarias e órgãos estaduais de turismo, do Sebrae nos Estados, que são membros da Rede, além de Ministério do Turismo, Sebrae Nacional e Embratur, que compõem seu comitê gestor. O espaço se propõe como um local de debate e discussões sobre essas soluções.

Para Leonardo Seabra, responsável pelo setor de Inteligência da Emprotur, o convite de exposição nacional representa a valorização do trabalho da Empresa de Promoção Turística Estadual. “Estarmos inseridos nessa grande rede de informação que possui como um dos propósitos colaborar para o desenvolvimento do turismo, seja em âmbito doméstico ou internacional, já é um grande legado. O evento em si é uma oportunidade de discutirmos estratégias para superarmos um dos maiores desafios da gestão do turismo no país: a disponibilidade de dados confiáveis, atualizados e relevantes; fundamentais para subsidiar a elaboração de políticas e ações no setor”, explicou.



## SÍRIO

O projeto é uma parceria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte com o setor de inteligência da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – Fecomércio. O Sírio, como foi recentemente batizado, é a única ferramenta de gerenciamento de dados no Nordeste. O sistema busca trazer uma gestão eficiente e cada vez mais conectada, utilizando de ferramentas estratégicas para auxiliar no processo de tomada de decisão, além de ampliar a geração de inteligência de dados ligados à atividade turística, tornando disponíveis as informações para subsidiar as decisões sejam dos setores governamentais, instituições e da iniciativa privada.

### **Rede de Inteligência de Mercado no Turismo (RIMT)**

A RIMT foi criada em 2016 para ser ambiente para análise de informações e compartilhamento permanente de experiências – entre os órgãos oficiais de turismo das 27 UFs e governo federal – de modo a orientar a promoção dos destinos, conforme as expectativas e tendências dos mercados. A RIMT tem como principal objetivo gerar um processo de sinergia e inteligência que permita ampliar a profissionalização do marketing turístico nos destinos brasileiros. Além de seus membros efetivos, a RIMT conta com mais de 4.000 participantes inscritos, que disseminam conteúdos e contribuem com essa rede.

## RN é destaque em Encontro Nacional de dados de turismo – BLOG ANTENADO – Rio Grande do Norte – 12/05/2021

Link	<a href="https://blogantenido.com/rn-e-destaque-em-encontro-nacional-de-dados-de-turismo/">https://blogantenido.com/rn-e-destaque-em-encontro-nacional-de-dados-de-turismo/</a>
------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

### RN é destaque em Encontro Nacional de dados de turismo

Visando fortalecer a troca de experiências e o compartilhamento de casos de sucesso, os estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Norte foram convidados para compartilharem suas experiências exitosas na 12ª edição do RIMT, Encontro Nacional da Rede de Inteligência de Mercado no Turismo. O evento em formato virtual ocorrerá na próxima segunda-feira (17) e o sistema de informações turísticas do RN, batizado recentemente de Sírio, será o único em destaque fora da região Sul-Sudeste.

O público do evento contará com representantes de todos os estados da Federação, das secretarias e órgãos estaduais de turismo, do Sebrae nos Estados, que são membros da Rede, além de Ministério do Turismo, Sebrae Nacional e Embratur, que compõem seu comitê gestor. O espaço se propõe como um local de debate e discussões sobre essas soluções.

Para Leonardo Seabra, responsável pelo setor de Inteligência da Emprotur, o convite de exposição nacional representa a valorização do trabalho da Empresa de Promoção Turística Estadual. “Estarmos inseridos nessa grande rede de informação que possui como um dos propósitos colaborar para o desenvolvimento do turismo, seja em âmbito doméstico ou internacional, já é um grande legado. O evento em si é uma oportunidade de discutirmos estratégias para superarmos um dos maiores desafios da gestão do turismo no país: a disponibilidade de dados confiáveis, atualizados e relevantes; fundamentais para subsidiar a elaboração de políticas e ações no setor”, explicou.

#### SÍRIO

O projeto é uma parceria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte com o setor de inteligência da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – Fecomércio. O Sírio, como foi recentemente batizado, é a única ferramenta de gerenciamento de dados no Nordeste. O sistema busca trazer uma gestão eficiente e cada vez mais conectada, utilizando de ferramentas estratégicas para auxiliar no processo de tomada de decisão, além de ampliar a geração de inteligência de dados ligados à atividade turística, tornando disponíveis as informações para subsidiar as decisões sejam dos setores governamentais, instituições e da iniciativa privada.

#### Rede de Inteligência de Mercado no Turismo (RIMT)

A RIMT foi criada em 2016 para ser ambiente para análise de informações e compartilhamento permanente de experiências – entre os órgãos oficiais de turismo das 27 UFs e governo federal – de modo a orientar a promoção dos destinos, conforme as expectativas e tendências dos mercados. A RIMT tem como principal objetivo gerar um processo de sinergia e inteligência que permita ampliar a profissionalização do marketing turístico nos destinos brasileiros. Além de seus membros efetivos, a RIMT conta com mais de 4.000 participantes inscritos, que disseminam conteúdos e contribuem com essa rede.

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/pandemia-traz-prejuizo-341-bilhoes-para-o-turismo-no-brasil/510199>

# Pandemia traz prejuízo de R\$ 341 bi

« **TURISMO** » Setor de turismo chegou a abril operando com cerca de 61,4% da sua capacidade total de geração de receitas em todo o país. Segundo a Confederação do Comércio, trata-se da atividade mais atingida



ALEX RÉGIS

## Atividades turísticas recuam 22% em março

O agregado especial de atividades turísticas recuou 22,0% em março ante fevereiro, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O segmento de turismo avançou 127,2% entre maio de 2020 e fevereiro de 2021. Com o retrocesso de março, o segmento ainda precisa crescer 78,7% para retornar ao patamar de fevereiro do ano passado, no pré-pandemia.

As medidas necessárias ao combate da disseminação da covid-19 atingiram de forma mais intensa e imediata boa parte das atividades turísticas, principalmente o transporte aéreo de passageiros, restaurantes e hotéis.

Na passagem de fevereiro para março, todas as 12 unidades da federação pesquisadas tiveram retração na atividade turística, com destaque para São Paulo (-

As atividades turísticas já somam um prejuízo de R\$ 341,1 bilhões desde o agravamento da pandemia do novo coronavírus no País, em março de 2020. O setor chegou a abril deste ano operando com aproximadamente 61,4% da sua capacidade mensal de geração de receitas, calcula a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Mais da metade (52,6%) do prejuízo apurado até agora pelo setor ficou concentrado nos estados de São Paulo (R\$ 137,7 bilhões) e Rio de Janeiro (R\$ 41,7

bilhões). A estimativa da CNC considera o que o turismo deixou de arrecadar desde a segunda quinzena de março de 2020 até o fim de abril, tendo como base informações das pesquisas conjunturais e estruturais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de séries históricas referentes aos fluxos de passageiros e aeronaves nos 16 principais aeroportos brasileiros.

"Do ponto de vista da geração de receitas, o setor de turismo é, portanto, o mais atingido pelos desdobramentos econômicos

### NÚMEROS

52,6%

é a porcentagem do prejuízo que é relativo aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro

78,7%

é o que o setor precisa crescer para alcançar o patamar pré-pandemia

decorrentes da crise sanitária", escreveu o economista Fabio Bentes, da CNC, responsável pelo estudo.

O agregado especial de Atividades turísticas recuou 22,0% em março ante fevereiro, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgados hoje pelo IBGE. Com o retrocesso de março, o segmento ainda precisa crescer 78,7% para retornar ao patamar de fevereiro do ano passado, no pré-pandemia.

A CNC diminuiu sua projeção para o crescimento do volume de receitas do turismo em

2021, de uma alta de 18,8% para um avanço de 18,2%, após o tombo de 36,6% do ano passado.

"A flexibilização das medidas restritivas a partir de abril tende a reduzir as perdas mensais do setor, contudo, o cenário ainda se mostra complexo no médio prazo. O avanço lento e as interrupções na aplicação da vacinação em diversas regiões do país apontam um ritmo lento de recuperação das atividades terciárias neste ano, com um quadro mais favorável somente a partir do segundo semestre", previu Bentes, em relatório.

21,5%), Rio de Janeiro (-17,2%), Paraná (-26,5%), Minas Gerais (-17,4%), Santa Catarina (-26,2%) e Pernambuco (-24,9%).

Na comparação com março de 2020, o índice de volume de atividades turísticas no Brasil recuou 19,1% em março de 2021, a 13ª taxa negativa seguida.

Todas as 12 Unidades da Federação onde o indicador é investigado mostraram queda nos serviços de turismo nesse tipo de comparação entre elas São Paulo (-27,7%), Rio Grande do Sul (-33,2%), Paraná (-24,3%) e Rio de Janeiro (-8,2%).

Link	<a href="http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/relator-apresenta-parecer-final-da-reforma-tributa-ria/510201">http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/relator-apresenta-parecer-final-da-reforma-tributa-ria/510201</a>
------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## « LEGISLAÇÃO »

# Relator apresenta parecer final da reforma tributária

Aguinaldo Ribeiro apresentou relatório final, mas o futuro da reforma é incerto

**A**pós um ano e dois meses, o relator da reforma tributária na comissão mista do Congresso, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), apresentou sua versão final do parecer que reúne as propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45 e 110, além do projeto de lei do Executivo sobre o tema. Não houve votação pelo caráter informal do colegiado que, com a entrega do texto final, encerrou seus trabalhos.

O destino do parecer, no entanto, ainda é incerto. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), pretendem avançar com as mudanças no sistema tributário brasileiro por etapas, de forma fatiada, e não mais com um texto único. Não há ainda definição conhecida sobre como isso será feito e como o relatório de Aguinaldo será aproveitado dentro dessa estratégia.

"Nós defendemos a reforma ampla", disse Aguinaldo ao final da leitura do seu parecer final na comissão nesta quarta-

feira, 12. "Muito se tem falado de fatiamento, mas é bom que os parlamentares tomem ciência que o que está sendo proposto não é fatiamento, pois são temas diferentes", destacou.

O relator afirmou ainda que a discussão não deve ter briga de protagonismo. "Estamos aqui à disposição, com firme convicção de que esse debate não tem de ter vaidade, nem briga de protagonismo. Tem de ter espírito público e grandeza para mudar de fato para mudar a história do Brasil", afirmou.

Aguinaldo apresentou um relatório prévio de seu substitutivo na semana passada. Um prazo foi aberto para os membros da comissão apresentarem sugestões. O relator, no entanto, não promoveu mudanças significativas ao texto já conhecido.

O texto prevê uma transição em duas fases para unificar impostos. Nos primeiros dois anos, haveria apenas a unificação do PIS e da Cofins, convertidos na parcela federal do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Depois, haveria ainda mais quatro anos de transição nacional, quando ICMS (estadual) e ISS (municipal) seriam substituídos gradualmente pelas alíquotas estaduais e municipais do chamado IBS.





**CPI.** Em depoimento tenso e com ameaça de prisão, ex-chefe da Secom diz que empresa ficou dois meses sem resposta após se dispor, em carta, a negociar vacinas com o País

# Wajngarten admite que governo ignorou Pfizer

Lauriberto Pompeu  
Amanda Pupo | BRASÍLIA

Em uma sessão marcada por bate-boca, xingamentos e até ameaça de prisão, o ex-secretário de Comunicação Social da Presidência Fábio Wajngarten admitiu à CPI da Covid, ontem, que a carta na qual a empresa Pfizer se dispunha a negociar vacinas contra o coronavírus foi enviada ao governo em setembro de 2020 e ficou dois meses sem resposta. No depoimento, que durou mais de oito horas, Wajngarten caiu em contradição, negou ter chamado o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello de “incompetente” e irritou senadores.

O relator da CPI, Renan Calheiros (MDB-AL), disse mais de uma vez que pediria a prisão de Wajngarten por falso testemunho. A posição de Renan provocou contrariedade do presidente da CPI, Omar Aziz (PSD-AM), até então seu aliado, e os dois acabaram discutindo. “Eu não sou carcereiro de ninguém”, reagiu Aziz. O senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) entrou na sala e chamou Renan de “vagabundo”.

“Imagina a situação: um cidadão honesto ser preso por um vagabundo como Renan Calheiros”, afirmou Flávio, filho “01” de Bolsonaro, ao dizer que o relator queria transformar a CPI em palanque eleitoral. “Vagabundo é você, que roubou dinheiro do pessoal do seu gabinete”, retrucou Renan. “Vá se f...!”, devolveu Flávio, que foi denunciado por peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa no processo das “rachadinhas”. Mais tarde, nas redes sociais, o presidente Jair Bolsonaro escreveu: “Com mais de 10 inqueritos no STF, Renan tem moral para querer prender alguém?”



Sessão. Fábio Wajngarten na CPI; oitiva, que durou mais de oito horas, irritou senadores

## CONTRADIÇÕES

### ● Ministério da Saúde

Wajngarten disse na CPI não ter falado, à *Veja*, em “incompetência” para se referir à pasta sob a gestão de Eduardo Pazuello. A revista, porém, divulgou áudio que desmente o ex-secretário.

### ● ‘O Brasil não pode parar’

O ex-secretário negou participação na aprovação da campanha porque estava isolado, com covid. Mas em um vídeo da época, Wajngarten diz que segue trabalhando normalmente.

### ● Vacinas

Na CPI, Wajngarten evitou citar Pazuello. À *Veja*, porém, apontou ineficiência na compra de vacinas por parte do então ministro.

havia se manifestado, levou o caso a Bolsonaro, que o autorizou a negociar com a empresa. “Houve incompetência e ineficiência”, disse na entrevista.

À CPI, no entanto, o ex-titular da Secom não quis apontar o dedo para Pazuello e muito menos para Bolsonaro. Mesmo assim, confirmou que a correspondência da Pfizer fora enviada ao governo em 12 de setembro, não tendo resposta até 9 de novembro. Mas diminuiu o número da oferta da empresa. “A proposta da Pfizer, no começo da conversa, falava em irrisórias 500 mil vacinas”, disse.

Questionado por Renan sobre quem seria responsável pelo atraso na compra das vacinas da Pfizer e, ainda, sobre a criação de um gabinete paralelo de aconselhamento do presidente, Wajngarten deu voltas e afirmou desconhecer o assunto.

“Vossa Excelência é a prova

não escondeu a irritação. “Por favor, não menospreze a nossa inteligência. Ninguém é imbecil aqui. O senhor está mentindo para todos nós”, disse.

Renan afirmou que iria requerer a gravação da entrevista à *Veja*, que, logo depois, publicou em seu site o áudio, no qual o ex-titular da Secom reitera ter havido “incompetência” nas negociações da vacina. “Vou requerer, na forma da legislação processual, a prisão do depoente”, anunciou o relator.

Outros senadores, como Fabiano Contarato (Rede-ES), também defenderam a prisão de Wajngarten depois que ele negou ter autorizado a campanha publicitária com o mote #O Brasil não pode parar, assinada pela Secom, contra o isolamento social. A campanha foi veiculada em março do ano passado. Wajngarten lembrou que, à época, havia contraído coronavírus



O presidente da CPI suspendeu o depoimento, aproveitando que os trabalhos precisariam ser interrompidos por causa da sessão do Senado. “O que aconteceu aqui foi quebra de decoro”, afirmou o vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Quando todos voltaram à sala, Aziz se dirigiu a Wajngarten e lhe passou uma descompostura: “Não pense que o pior na sua vida seria a prisão. O pior é o legado que você construiu com muito trabalho e perdeu hoje aqui na CPI”.

**Carta.** O clima tenso dominou toda a sessão. Além da troca de

ofensas entre senadores, Wajngarten foi chamado de “mentiroso” em vários momentos. Um deles foi quando tentou amenizar a entrevista dada à revista *Veja*, em abril. Nela, o ex-secretário de Comunicação responsabilizou o Ministério da Saúde, à época comandado por Pazuello, pelo atraso das vacinas e contou que o CEO da Pfizer, Albert Bourla, havia encaminhado uma carta não apenas ao gabinete de Bolsonaro como a várias autoridades do governo (*mais informações na página A10*), em setembro, oferecendo 70 milhões de doses da vacina. Disse ainda que, como ninguém

da existência dessa consultoria. Vossa Excelência é a primeira pessoa que incrimina o presidente da República porque iniciou uma negociação, como secretário de Comunicação, e se dizendo em nome do presidente. É a prova da existência disso”, afirmou Renan, numa referência ao gabinete paralelo.

Diante de uma placa que substituiu seu nome na mesa pelo número 425.711, em alusão às mortes da pandemia no Brasil, o senador quis saber do publicitário sua avaliação sobre o impacto de atitudes negacionistas de Bolsonaro. “Pergunte a ele”, respondeu Wajngarten. Aziz

e ficou afastado. “Esse depoente tem de sair daqui preso”, gritou Contarato, que é delegado. “O espetáculo da mentira é algo que não vai se repetir e não pode servir de precedente”, insistiu Renan.

O Código Penal, em seu artigo 342, classifica o ato de fazer afirmação falsa em investigação como crime punível com reclusão de dois a quatro anos e multa.

---

#### NA WEB

**Monitor.** Acompanhe o andamento da CPI da Covid [esadao.com.br/e/monhorcpi/](https://esadao.com.br/e/monhorcpi/)

# Ibaneis teve cota do orçamento secreto

Aliado de Bolsonaro, governador do Distrito Federal direciona R\$ 15 milhões de ministério para obras e compras de veículos e máquinas

Breno Pires  
Vinícius Valfre / BRASILIA



O esquema do orçamento secreto criado pelo presidente Jair Bolsonaro para aumentar sua base de apoio no Congresso não se limita a atender a demandas de deputados e senadores. Um documento do Ministério do Desenvolvimento Regional revela que o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), pôde direcionar R\$ 15 milhões da pasta para obras e compras de veículos e máquinas.

Aliado do presidente, Ibaneis indicou a verba para pavimentação e escoamento, aquisição de carros e, ainda, para despesas "administrativas" e de "fiscalização" da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), em Brasília.

Procurado pelo Estadão, o governador admitiu que também enviou dinheiro da sua cota do orçamento secreto para o Piauí, Estado de sua família. "Todos os recursos destinados ao Distrito Federal foram devidamente aplicados. Nos demais casos, como não havia projetos, o governador destinou as verbas a algumas prefeituras do Piauí", disse. Ele não esclareceu, porém, por que fez repasses para outro Estado.

Na segunda-feira passada, o Estadão mostrou que a "estratal do Centrão", como é conhecida a Codevasf, virou um duto para escoamento do dinheiro do esquema operado pelo governo. Na gestão Bolsonaro, a empresa passou a atuar em bases eleitorais de aliados do governo distantes 1.500 quilômetros das margens do Velho Chico. A sede da estratal fica em Brasília.

Os recursos são provenientes de uma nova modalidade da emenda de relator-geral, a chamada RP9. Bolsonaro vetou uma tentativa do Congresso de impor a aplicação desse dinheiro por "contrariar o interesse público" e "fomentar cunho personalístico nas indicações".



Destinação. Ibaneis Rocha, governador do Distrito Federal, emedebista também direcionou recursos do orçamento secreto mantido pelo governo federal

## Renan defende apuração e bate boca com líder do governo

● O senador Renan Calheiros (MDB-AL) defendeu ontem a apuração sobre o orçamento secreto, o que irritou o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), líder do governo na Casa. Como revelou o Estadão, Bezerra foi contemplado com a terceira maior cota do orçamento secreto – R\$ 125 milhões. A discussão

aconteceu durante reunião da CPI da Covid – Renan é relator da comissão e Bezerra, suplente. Ao comentar pedidos de Bezerra para convocar governadores e prefeitos na CPI, Renan citou o orçamento secreto. "O Estadão há três dias publica manchete de recursos secretos da União", disse ele. "Que Vossa Excelência sabe que não tem nada de secreto", respondeu o líder governista.

"Eu não sei. Acho que essa é uma investigação pertinente que haja aqui também", rebateu Renan. Bezerra então acusou Renan

de querer se esquivar dos pedidos de convocação de gestores locais. "Vossa Excelência quer fugir de uma situação trazendo outra. O objeto que vai ser investigado são R\$ 173 bilhões que foram transferidos para Estados e municípios. Não se pode fugir dessa situação", declarou o líder do governo. Renan tem pregado cautela na convocação de governadores e prefeitos sob a justificativa de que a CPI tem fato determinado. O senador é pai do governador do Alagoas, Renan Filho (MDB). / LAURIBERTO POMPEU

de transparência. Somente no Ministério do Desenvolvimento Regional foram R\$ 3 bilhões liberados para um seleto grupo político, em dezembro de 2020. Como mostrou o Estadão, parte do dinheiro foi direcionada para comprar tratores a preços até 259% acima da tabela de referência, o que levou o escândalo a ser apelidado de "tratoço" nas redes sociais.

O dinheiro que atendeu Ibaneis também vem de emendas tipo RP9, mas é de uma cota anterior, de julho do ano passado. O Ministério do Desenvolvimento Regional tem afirmado que "é do Parlamento a prerrogativa de indicar recursos da chamada emenda de relator-geral (RP9) do Orçamento". O atendimento ao governador do Distrito Federal contraria essa

versão. Procurado ontem, o ministério não se manifestou.

A emenda de relator foi criada em 2019, já no governo Bolsonaro. Ao contrário das emendas individuais e de bancada, ela deveria ser definida conforme critérios técnicos do governo. Documentos aos quais o Estadão teve acesso, porém, indicam que o dinheiro tem sido despejado nos redutos eleitorais dos políticos. O esquema colocou nas mãos de políticos como o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), por exemplo, o controle de R\$ 270 milhões do ministério. Ele precisaria de 34 anos como senador para poder manear esse volume de recursos considerando suas emendas individuais de livre direcionamento (R\$ 8 milhões por ano).

'Risco'. Desde domingo, o Estadão revela, em uma série de reportagens, como o presidente Jair Bolsonaro montou o esquema. Ontem, o jornal mostrou que os documentos sobre a operação são mantidos em sigilo por parlamentares. Um grupo

de senadores alegou "segurança de Estado" e "risco a sua honra e de sua família" para esconder o conteúdo em que detalham onde queriam aplicar o dinheiro.

Em resposta por escrito pedidos feitos pela Lei de Acesso à Informação, o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), chegou a justificar que esses documentos devem ser carimbados como "ultrassecretos". Na segunda-feira, em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, declarou que "não tem nada de secreto" na operação montada pelo governo.

O presidente Jair Bolsonaro voltou a criticar ontem a revelação do esquema do orçamento secreto. Antecorrem, ele negou que tenha montado o esquema para aumentar sua base de apoio. O Congresso discute abrir a CPI do Tratoço.

### NA WEB

'Tratoço'. Confira a série sobre o orçamento secreto do governo [estadão.com.br/orcamento-secreto](https://estadao.com.br/orcamento-secreto)

Paulo – 13/05/2021

Com flexibilização do isolamento social e vacinação lenta, média elevada de novos casos preocupa especialistas; curva de diagnósticos tem ajudado a prever tendências da ocupação hospitalar. Em algumas regiões, como Pernambuco, taxa já é a maior da crise sanitária

# Apesar da queda de mortes, 13 Estados registram alta de infecções pela covid



Horizonte. Passageiros aglomerados no Metrô da Sé: a queda no ritmo das mortes convive com um patamar ainda alto do número de novos casos

Marco Antônio Carvalho

Treze Estados registram alta na quantidade de novos casos de covid-19 confirmados em comparação com duas semanas atrás. A situação influencia a taxa nacional, que também subiu no período, e se mantém em cerca de 60 mil novos diagnósticos por dia. Especialistas alertam que, embora o País assista à queda de mortes, o cenário com tantos infectados sinaliza para a continuidade do patamar grave nos próximos meses. Por isso, a crescente flexibilização do isolamento social e a vacinação lenta preocupam.

Dados do consórcio de veículos de imprensa mostram que, ao contrário da tendência notada em relação aos óbitos pelo novo coronavírus, os casos têm crescido na última semana. A nova alta sucede o pico registrado no fim de março e início de abril, meses que bateram recordes de letalidade na pandemia e várias redes de saúde entraram em colapso. O patamar de testes positivos pode indicar que o Brasil se manterá em um platô elevado ou até mesmo revertirá a tendência de redução de ví-

14 dias atrás, formando uma curva que não para de crescer.

“Nas últimas semanas, temos notado tendência de interrupção de queda nos novos casos de síndrome respiratória aguda grave e podemos traçar um paralelo com as flexibilizações das restrições e a retomada das interações sociais”, analisa o pesquisador da Fiocruz e coordenador do Sistema Infogrípe, Marcelo Gomes. “Baixar a guarda desse jeito tem como efeito o aumento da exposição e é questão de tempo até mais locais notarem sinais da retomada de crescimento dos casos.”

Após o pico de abril passado, em vários Estados, já houve ampla retomada de atividades econômicas, como comércio, restaurantes, bares e até boates. Crítico do isolamento social, o presidente Jair Bolsonaro tem ameaçado editar decreto para barrar novas ações de quarentena. Já a vacinação sofre com dificuldades no recebimento de insumos para fabricar mais doses e adiamento de entregas.

Em países com vacinação mais avançada, como o Chile, a alta no contágio não necessariamente causou mais mortes. Mas o país vizinho já imunizou

ram variação positiva ou negativa inferior a 5%, e são considerados estáveis. Houve queda em Espírito Santo, Ceará, Distrito Federal, São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Amazonas e Acre.

“Estamos relativizando a situação por tomar como base o momento mais dramático. Mas assim perdemos a sensibilidade de que ainda estamos em situação difícil, seja de casos, internações ou óbitos. O passado recente foi completamente extremo, mas o presente está longe de ser tranquilo”, acrescenta Gomes.

Os casos ajudam a prever a tendência. O novo caso de hoje pode ser o novo paciente grave de amanhã, com demanda de UTI, e eventual óbito. Quanto mais testes positivos, mais chance de a curva de mortes subir. “Há um tempo até a evolução do caso, da ordem de três semanas. Para saber o que acontece agora, o óbito não é o melhor indicador, pois está sempre atrasado quanto à atual situação da pandemia”, diz Gomes.

**Medidas.** A prefeitura de Curitiba decidiu ontem ampliar as medidas restritivas na cidade. A gestão municipal disse que a decisão leva em conta “o aumento

## CENÁRIO

● Dados apontam aumento de novos casos de covid-19 em 13 Estados

Casos		Mortes	
ESTADOS	VARIACÃO DE CASOS*	ESTADOS	VARIACÃO DE MORTES*
BR	6,81%	BR	-13%
RJ	83,54%	RR	25%
PR	61,60%	SE	7,7%
RR	32,54%	PR	7,3%
AP	26,76%	CE	1,9%
MA	19,48%	RJ	0,1%
PE	18,98%	PB	-9,4%
AL	17,59%	PI	-10,2%
TO	13,78%	MG	-11,3%
MT	11,36%	MA	-12,2%
SC	8,94%	SP	-12,2%
MS	8,89%	RS	-12,5%
SE	7,39%	AL	-15,9%
PA	5,84%	DF	-17,8%
MG	2,93%	AC	-20%
RN	2,68%	BA	-20,1%

## 3 PERGUNTAS PARA

Isaac Schiratzhaupt, coordenador da Rede Análise Covid-19

**1** Como avalia o momento atual da pandemia pelo Brasil?  
Tivemos um aumento forte em fevereiro e março e a grande maioria dos Estados adotou medidas e reduziu a mobilidade, e com isso conseguiu ao menos desacelerar. Sempre faço a analogia de um foguete subindo e fomos lá e desaceleramos, mas ele ficou lá em cima na estratosfera e não cai sozinho. Temos de continuar fazendo com que as pessoas fiquem longe uma das outras para não transmitir o vírus. Logo que começamos a reduzir os casos, já aumentamos a mobilidade de novo na grande maioria dos Estados. Quando isso foi acontecendo, essa queda de casos já começou a desacelerar. A velocidade da queda foi cada dia um pouco mais lenta até se transformar em estabilização. Em alguns Estados, no Nordeste, a estabilização já indica aumento de casos. No Sudeste, em São Paulo, há uma estabilização em um patamar elevado.

**2** Sabemos que alta de casos pode indicar uma futura alta de óbitos. Qual o papel da vacinação nessa conta? O único fator novo é que temos uma pequena parte da população brasileira imunizada em relação aos outros aumentos que vimos no passado. É muito pouco ainda na população em geral. Se os idosos imunizados vivassem numa cidade-bolha onde só eles morassem, seria um local muito bem protegido porque 100% dos habitantes estariam imunizados e a cobertura vacinal daria a imunidade coletiva. Como esses idosos estão pulverizados, ainda há a possibilidade de continuidade da transmissão, podendo gerar surtos em diferentes faixas etárias ainda não imunizadas com capacidade de sobrecarregar hospitais. Aumentar a mobilidade neste momento é continuar desafiando o vírus.



mas, apontam especialistas.

O Paraná, por exemplo, mal se recuperou do pico de março e registrou alta de 61% na média de novos casos diários, na comparação do dado da segunda-feira passada com 14 dias atrás. Os testes positivos passaram de 3 mil por dia para 4,8 mil em duas semanas. Uma alta intensa, de 83%, também é notada no Rio.

Lá, as secretarias estadual e municipal de saúde atribuem a variação à notificações repressadas de semanas anteriores.

Em Pernambuco, o patamar de novos casos é o maior da pandemia. O Estado tem média de 2,2 mil testes positivos, segundo dados da segunda-feira passada - alta de 19% em relação a

47% da população, e o Brasil, 8,8% com as duas doses

Além do Rio, Paraná e Pernambuco, houve alta em Roraima, Amapá, Maranhão, Alagoas, Tocantins, Piauí, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Sergipe e Pará. Já Minas, Rio Grande do Norte, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraíba e Rondônia tive-

#### Restrições

"Esperamos transbordar para implementar medidas pela metade. Começa a cair, se fala em flexibilização. Estamos assim há um ano."

**Marcelo Gomes**  
PESQUISADOR DA FIDOCRUZ

do número de novos casos, casos ativos, taxa de transmissão e ocupação de leitos". O toque de recolher foi ampliado e o horário de funcionamento dos serviços não essenciais, reduzido.

Em nota, a Secretaria de Estado de Saúde fluminense disse ter havido grande volume de notificações de casos repressados na cidade do Rio. "Não significa dizer que os casos ocorreram na semana passada, mas que foram inseridos no sistema nestas datas, gerando o aumento observado". A Secretaria municipal confirmou a situação, atribuindo a alta ao trabalho para incluir resultados laboratoriais no sistema. As pastas não detalharam a proporção de registros repressados.

BA	1,07%	ES	-20,3%
RS	0,96%	MT	-20,8%
PB	-0,51%	TO	-21,7%
RO	-2,96%	SC	-22,2%
ES	-6,45%	MS	-22,4%
CE	-6,60%	PE	-22,7%
DF	-8,05%	RO	-23,1%
SP	-8,21%	AP	-26,8%
MT	-9,50%	AM	-32,8%
GO	-14,16%	PA	-35,3%
AM	-15,08%	GO	-36,4%
AC	-23,57%	RN	-40,1%
	0		0

MÉDIA MÓVEL DE 30 DE MAIO EM COMPARAÇÃO AO DADO DE 27 DE ABRIL.  
FONTE: CONJUNTO DE VEÍCULOS DE BARRAGEM

## 3 Diante da alta de casos, como vê a perspectiva para o Brasil nos próximos meses?

Temos o risco de enfrentar um novo platô, com a manutenção de 2 mil óbitos por dia, pois a transmissão segue alta, com muitas hospitalizações. A isso se soma a dificuldade de acesso a vacinas e a chegada do inverno, período que facilita a transmissão de vírus respiratórios. Ainda que a covid-19 não tenha demonstrado muito uma variação pela estação, é uma época de frio e de locais fechados. Na pior das hipóteses, veremos novo aumento na curva de mortes. /M.A.C.

## CRONOGRAMA DA VACINAÇÃO NO PAÍS

### São Paulo

Está suspensa, preventivamente, a aplicação de vacinas contra covid-19 para gestantes e puérperas. A suspensão será mantida até nova orientação do PNI e do Programa Estadual. A vacinação continua em andamento para os demais grupos elegíveis na cidade.

### Campinas

Permanece o agendamento para a vacinação de pessoas com comorbidades, a partir de 50 anos. A vacinação de grávidas e puérperas está temporariamente suspensa, seguindo recomendação da Anvisa e do Programa Estadual de Imunizações.

### Ribeirão Preto

A aplicação da vacina Oxford/AstraZeneca em gestantes e puérperas está suspensa temporariamente. A cidade atende a recomendação da Anvisa, após morte de gestante imunizada com essa vacina no Rio. O Ministério da Saúde está investigando o caso.

### Belo Horizonte

Não estão sendo vacinadas gestantes e puérperas acima de 40 anos sem comorbidades. Podem se vacinar gestantes e puérperas com comorbidades a partir de 18 anos. Prossegue a vacinação de pessoas com comorbidades de 50, 51 e 52 anos completos até 31 de maio.

### Rio de Janeiro

Gestantes e puérperas com comorbidades receberão apenas as vacinas Pfizer e Coronavac, dependendo da disponibilidade. Idosos entre 54 e 85 anos podem receber a segunda dose da Coronavac. Outros grupos prioritários estão sendo imunizados.



### NA WEB

Online. Confira mais algumas cidades e o avanço da imunização.

**Propriedade intelectual.** Decisão permite que 3.435 patentes, muitas de medicamentos de alto custo para tratamentos de câncer, HIV, diabetes e disfunção erétil, possam ter genéricos; relação inclui ainda fórmula de droga que pode ajudar no tratamento da covid-19

# STF derruba patentes farmacêuticas já prorrogadas e em vigor há 20 anos

Rafael Moraes Moura  
BRASÍLIA

Por 9 votos a 2, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem derrubar patentes de produtos farmacêuticos e de equipamentos da área de saúde que já tinham sido prorrogadas para além do prazo limite original, de no máximo 20 anos. A decisão vai permitir, por exemplo, que 3.435 patentes, muitas delas de medicamentos de alto custo e que tinham se beneficiado por prorrogação acima desse prazo, sejam agora derrubadas, permitindo a produção de genéricos.

Segundo levantamento da Procuradoria-Geral da República (PGR), pelo menos 65 medicamentos de alto custo que estavam nessa situação devem ser atingidos pela decisão do STF, dentre os quais remédios para tratamento de câncer, HIV, diabetes, hepatites virais, disfunções, incluindo ainda uma fórmula fabricada por um laboratório japonês (Favipiravir) que pode auxiliar em tratamento de pessoas com covid-19. Na prática, portanto, o Supremo abre caminho para a produção de genéricos desses medicamentos, em um momento em que o Sistema Único de Saúde (SUS) sofre com os efeitos da pandemia do novo coronavírus.

Com a decisão do STF, de um universo de 20.648 patentes de diversos setores prorrogadas que estão atualmente em vigor, 3.435 (11,2% do total) são da área farmacêutica. Esse grupo será afetado com a decisão do tribunal. Em outros setores da indústria, porém, as extensões já dadas não serão derrubadas.

O tribunal concluiu ontem o julgamento de uma ação da Procuradoria-Geral da República (PGR) que contesta a Lei de Propriedade Industrial, em vigor desde 1996. Na última quinta-feira, o Supremo já havia derrubado uma norma que permite a prorrogação do prazo de patentes concedidas pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi).

**Diferenciação.** Agora, o STF delimitou o alcance do entendimento firmado na semana passada. Por conta da pandemia, o relator da ação, ministro Dias Toffoli, propôs soluções diferenciadas para as patentes de produtos farmacêuticos e equipamentos da área de saúde, separando-as das demais. Nesses casos, a decisão do Supremo vai retroagir, ou seja, vai atingir as patentes já prorrogadas, que estão em vigor há mais de 20 anos e, portanto, devem cair agora.

Nos demais setores, as patentes esticadas não serão atingidas, ou seja, continuam preservadas. Em termos jurídicos, o STF "modulou" a decisão nesse ponto específico, impedindo a retroatividade para o resto da indústria. O placar dessa questão foi de 8 a 3. Para os ministros Marco Aurélio Mello, Rosa Weber e Edson Fachin, todas as patentes esticadas, independentemente do setor, deveriam cair.

"A situação excepcional caracterizada pela emergência de saúde pública decorrente da covid-19 elevou dramaticamente a demanda por medicamentos e por equipamentos de saúde

de forma global, com a elevação dos ônus financeiros para a administração pública e para o cidadão na aquisição desses itens", disse Toffoli.

As patentes servem para garantir a empresas e autores de invenções um privilégio temporário, por meio da garantia de exclusividade na exploração econômica de um determinado produto. Segundo relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), entre 2008 e 2014, a quase totalidade dos produtos farmacêuticos tiveram patentes estendidas por um prazo superior a 20 anos. De acordo com o TCU, a exploração protegida pela patente de produtos farmacêuticos dura, em média, 23 anos, sendo comum a concessão de patentes que ao final terão durado por 29 anos ou até mais.

**Pandemia.** Na semana passada, o ministro Gilmar Mendes propôs que o Supremo restringisse patentes já prorrogadas, sugerindo que fossem derrubadas apenas aquelas que pudessem ser destinadas ao combate à pandemia. "Seria extremamente complexo definir, dentro do universo de cerca de 3.435 patentes da área de saúde, quais teriam e quais não teriam indicação de uso no combate à covid-19, justamente por ser uma doença com repercussões em inúmeras áreas clínicas (neuroológica, cardiológica, pulmonar, renal, etc.). Quem iria definir quais invenções são e quais não são destinadas ao combate à pandemia?", questionou Toffoli.

Segundo a Lei de Propriedade Industrial, as patentes têm prazo de 15 anos a 20 anos, tempo contado a partir da data do pedido (depósito) feito ao Inpi. Depois desse período, podem ser feitas versões genéricas de medicamentos, equipamentos e outras invenções livremente. Um dispositivo da mesma lei, no entanto, permitia a prorrogação desse prazo, o que foi considerado inconstitucional pelo STF. Para o tribunal, a norma viola os princípios da segurança jurídica, da ordem econômica e do direito à saúde, prejudicando a livre concorrência e a defesa do consumidor.

A partir de agora, não se pode mais prorrogar o prazo das patentes para nenhum produto em nenhuma hipótese. Ou seja: nos novos pedidos, o prazo de vigência das patentes deve ficar limitado ao período de 20 anos a partir do depósito do pedido feito ao Inpi.

O advogado Thiago do Val, especialista em direito empresarial, apontou que o julgamento traz insegurança jurídica para empresas farmacêuticas que contavam com a prorrogação da validade das patentes. "É um sinal de alerta. Apesar de beneficiar a indústria dos genéricos e de certa forma a sociedade, o julgamento afeta anos de planejamento das indústrias repentinamente, inclusive perante o cenário internacional, o que deveria ser amplamente discutido no Congresso", disse o advogado.

**Indústria prevê desinvestimento e insegurança jurídica no País**  
Pág. B4

## ALVOS DA MEDIDA

Alguns dos pelo menos 65 medicamentos que tiveram as patentes prorrogadas e estão em vigor há 20 anos

NOME	INDICAÇÃO	PREÇO, EM REAIS
Kalydeco	Fibrose cística	113.245,90
Imbruvica	Câncer (linfoma e leucemia)	65.762,23
Xalkori	Câncer	39.596,75
Iclusig	Leucemia	33.086,80
Caprelsa	Câncer	27.315,89
Ibrance	Câncer de mama	21.728,68
Tasigna	Câncer	16.328,87
Xtandi	Câncer de próstata	14.927,05
Olumiant	Artrite reumatóide	5.018,14
Simponi	Artrite psoriática	5.346,55
Isoentress	HIV (antirretroviral)	623,61
Belviq	Obesidade	446,92
Januvia	Diabetes	236,48

ORS: TABELA DE PREÇOS ATUALIZADA ATÉ ABRIL DE 2020

## PARA ENTENDER

### Assunto polêmico

De acordo com a Lei de Propriedade Industrial, as patentes têm prazo de 15 anos a 20 anos, tempo contado a partir da data do pedido (depósito) feito ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi). Depois desse período, podem ser feitas versões genéricas de medicamentos, equipamentos e outras invenções livremente.

A polêmica girava em torno de uma regra da mesma lei que determina que o prazo de vigência da patente não será inferior a dez anos, no caso de invenções, e de sete anos para modelos de utilidade (atualizações de algo já existente), prazo contado a partir de

outro marco temporal: a concessão da patente pelo Inpi. Como não há prazo para que o instituto conceda a patente, não há como saber quando a proteção cairá e muitas invenções acabam protegidas para além de duas décadas, prazo padrão no resto do mundo.

A partir de agora, não se pode mais prorrogar o prazo das patentes para nenhum produto em nenhuma hipótese. Ou seja: nos novos pedidos, o prazo de vigência das patentes deve ficar limitado ao período de 20 anos a partir do depósito do pedido feito ao Inpi.

O Inpi informou ao Supremo Tribunal Federal que conta com 143.815 processos de patentes pendentes. Desses, 94,1 mil (65,46%) estão na etapa de exame técnico.

Família de Processadores Intel® Core™

VAIO® FE14 e FE15

- 10ª Geração de Processadores Intel® Core™
- Windows 10 Pro
- Armazenamento SSD de 256GB ou HD de 1TB
- Memória de até 8GB

# Empodere seu trabalho

#EMPODERESEUMUNDO

A arte japonesa transformada em tecnologia. compre o seu em [br.valo.com](http://br.valo.com)

VAIO e VAIO são marcas registradas da Sony Corporation. Os computadores VAIO são produzidos e vendidos pelo Pivotal Tecnologia S.A., seguindo todos padrões de qualidade do VAIO Japan, possuem garantia básica de um ano para peças e mão de obra, sendo nove meses de garantia contratada e 90 dias de garantia legal. Para acessar a internet, o cliente deve possuir uma linha telefônica fixa além de um cartão de crédito ou um método de pagamento baseado em cartão de crédito. Adquirido os periféricos necessários para o uso do serviço. Microsoft® e Windows® são marcas registradas da Microsoft® Corporation nos EUA e em outros países. Intel®, o logotipo Intel, o logotipo Intel Inside e Intel Core são marcas registradas da Intel Corporation ou de suas subsidiárias. Produto beneficiado pela legislação de informática. Imagens meramente ilustrativas. Maio/2021.



# Brasil e Turquia mantêm dólar mais caro

Entre emergentes, só os dois países têm moeda dos EUA valendo mais do que antes da pandemia; cotação deve seguir acima de R\$ 5

Altamiro Silva Junior

O dólar teve queda forte nos últimos dias ante o real, fazendo a moeda americana sair de valores perto de R\$ 5,50 para a casa dos R\$ 5,30. Apesar da melhora, o real ainda é uma das únicas moedas de países emergentes negociada com preços piores do que antes da pandemia, quando girava na casa dos R\$ 4,50, chegando à casa dos R\$ 4,70 em março. Divisas de Chile, África do Sul, México e Colômbia estão atualmente em níveis abaixo do dia 11 de março do ano passado, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) oficialmente passou a classificar a situação mundial da covid-19 como pandemia (ver quadro).

Além do Brasil, entre os principais emergentes, só a Turquia, que passou por troca de toda a equipe econômica, choque de juros e ataques contra a lira nos últimos meses, por causa do baixo nível de reservas, ainda tem moeda mais depreciada hoje do que antes da pandemia. No caso brasileiro, economistas não veem o real voltando para os níveis de antes da pandemia tão cedo. É uma das principais razões é que o Brasil gastou demais para lidar com a crise, ficando com situação fiscal muito pior que outros emergentes, embora pelo lado positivo tenha tido uma recessão menos severa.

Por enquanto, predomina a visão entre analistas de que o dólar deve seguir acima de R\$ 5,00. Mesmo casas que preveem a cotação abaixo desse patamar, projetam a moeda americana em nível não muito aquém, perto dos R\$ 4,90.

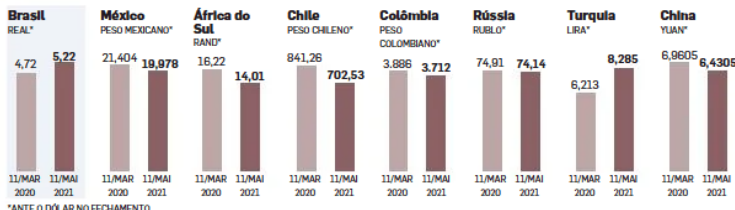
“Não vejo o dólar abaixo de R\$ 5,00”, disse o economista e sócio da consultoria Tendências, Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central (BC), prevendo que, na ausência de eventos externos ou internos inesperados, como mais ruídos políticos em Brasília ou nova piora fiscal do Brasil por conta de gastos com a pandemia, a moeda deve seguir no curto prazo na casa dos R\$ 5,10 a R\$ 5,20, disse em evento da Genial.

**Fiscal.** “Acabamos oprando por fazer um impulso fiscal na pandemia maior que os nossos pares e isso acabou deslocando os preços da moeda”, avalia o sócio e gestor da Galapagos Investimento, Sérgio Zanini. Se por um lado o Brasil teve menor encolhimento da economia, acabou tendo outras deteriorações, como endividamento do governo, que em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) está bem acima do de outros emergentes.

O gestor avalia que o real continua barato em relação a seus pares, mas não deve voltar a R\$ 4,50 tão cedo, embora possa testar níveis pouco abaixo de R\$ 5,00 até o final do ano, influenciado pela alta de juros do Banco Central, que melhora a atratividade de ativos locais, e dos

## MOEDAS E PANDEMIA

● Só Brasil e Turquia têm dólar mais alto do que o registrado antes da covid-19



## Dólar



\* ANTE O DÓLAR NO FECHAMENTO  
FONTE: AG DATA, BLOOMBERG

preços das commodities no exterior.

O real era até pouco tempo uma das moedas emergentes com pior desempenho perante o dólar em 2021, repetindo o posto ocupado em 2020. Desde meados de abril, tem tido uma performance melhor que os pares.

O economista sênior para a América Latina da consultoria inglesa Pantheon Macroeconomics, Andres Abadia, comenta

por uma combinação de fatores externos e internos, que tem feito a divisa ficar mais em linha com os pares, mas ainda mais depreciada. Com relação ao exterior, as condições estão melhorando, sobretudo com a elevação dos preços de commodities, por conta da retomada americana, chinesa e, agora, europeia. Com isso, o Brasil tem registrado exportações recordes.

que a melhora do real ocorre

**Vacinação.** Internamente, a

pandemia dá sinais de melhora com o avanço da vacinação, o que ajuda a reduzir um pouco a preocupação fiscal, destaca Abadia. Outro fator é que a sanção do orçamento mantendo o nível de gastos trouxe certo alívio, acrescenta ele. Para o economista, o real tende ainda a ganhar força, mas a volatilidade vai persistir, reflexo de eventuais ruídos políticos, sobretudo agora com o andamento da

Em 6 meses, a Pantheon vê o dólar caindo a R\$ 5,15. Em 12 meses, pode recuar abaixo de R\$ 5,00, mas para um nível na casa dos R\$ 4,90.

A análise de moedas e mercados emergentes do alemão Commerzbank, Alexandra Betschel, está ainda mais cautelosa e não projeta a divisa americana caindo abaixo de R\$ 5,00 em 2021 ou mesmo no ano que vem. O Brasil tem “riscos específicos” que tendem a manter o

câmbio pressionado, não deixando que o real se beneficie como deveria da alta de juros pelo BC, da liquidez mundial e da elevação dos preços das commodities. Se a pandemia não tiver melhorias significativas, pressões para mais gastos do governo, como uma nova prorrogação do auxílio emergencial, vão em breve reaparecer e provocar volatilidade, argumenta. O banco prevê o dólar a R\$ 5,30 em dezembro e R\$ 5,00 ao final de 2022.

# LEILÕES DIÁRIOS DE VEÍCULOS

SÁBADO, 15/05, ÀS 9h15, ESTAS E OUTRAS GRANDES OPORTUNIDADES: IMPERDÍVEIS









SOMENTE ONLINE

www.sodresantoro.com.br

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O CÓDIGO E ACESSO AGORA.

LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

## Com pressão do exterior, moeda sobe 1,59%

A moeda americana fechou em alta ontem após dois dias fechando perto da estabilidade. O clima esquentou na CPI da covid em Brasília, mas a pressão no câmbio veio principalmente do exterior, primeiro pela surpresa com a inflação ao consumidor dos Estados Unidos, que subiu bem mais que o esperado em abril (ver mais abaixo).

Pela tarde, o anúncio do Tesouro dos EUA de que o déficit orçamentário atingiu o nível recorde de US\$ 1,9 trilhão nos primeiros sete meses do ano fiscal de 2021 provocou nova rodada de alta. No fechamento, o dólar à vista subiu 1,59%, ficando em R\$ 5,306.

O economista sênior global da Capital Economics, Simon MacAdam, reconhece que há pressão na inflação nos EUA, mas que tende a ser de curto prazo, provocada pela maior demanda, por conta da retomada rápida da economia, com avanço da vacinação e os auxílios em dinheiro da Casa Branca, o que por sua vez ajuda a elevar o déficit fiscal.

A apreensão dos investidores em relação à inflação americana mexeu também com a Bolsa por aqui. O Ibovespa encerrou o pregão com perdas de 2,65%, aos 119.710 pontos, o menor nível desde o dia 5. Nem mesmo a força das commodities conseguiu segurar a derrocada precipitada pelos mauvenenos vindos de Nova York onde os índices pares do mercado acionário registraram queda acenuada. /A.S.J.



Paulo – 13/05/2021



Comando da CPI suspende o depoimento de Wajngarten (esq.) após a intervenção de Flávio Bolsonaro. Pedro Ladeira/Folhapress

## Acusado de mentir, Wajngarten é ameaçado com prisão em CPI

Em sessão tumultuada, Flávio Bolsonaro chama o relator, Renan, de vagabundo

Julia Chaib e Renato Machado

**BRASÍLIA** Em um depoimento tumultuado e marcado por xingamentos, nesta quarta-feira (12), o ex-secretário Fabiano Wajngarten (Comunicação da Presidência) se esquivou de perguntas, chegou a ser alvo de um pedido de prisão e admitiu que a carta em que a Pfizer oferecia negociar doses de vacina para o Brasil ficou parada por ao menos dois meses no governo federal.

Ao longo da oitiva, Wajngarten foi acusado de contradições e de ter mentido à CPI, o que levou o relator, Renan Calheiros (MDB-AL), a pedir a prisão do ex-secretário.

O senador teve o apoio de outros parlamentares, como Humberto Costa (PT-PE) e o vice-presidente Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

O presidente da comissão, Omar Aziz (PSD-AM), no entanto, disse que não prenderia o depoente — a decisão cabe a ele — e que não é “carcereiro de ninguém”.

O senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) chegou a chamar Renan de vagabundo. “Imagina um cidadão honesto ser preso por um vagabundo como o Renan”, disse o filho mais velho do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). A sessão foi suspensa logo após, também em decorrência de votação no Senado.

Renan respondeu, ainda durante a sessão, que Flávio era um moleque. “Vagabundo é

sonaro tentaram evitar que o senador algoano estivesse à frente da relatoria.

Durante a sessão, Renan afirmou que Wajngarten incriminou Bolsonaro e confirmou a existência de um ministério paralelo de aconselhamento ao presidente durante a pandemia, fora da estrutura do Ministério da Saúde.

“Vossa Excelência é a prova da existência dessa consultoria, é a primeira pessoa que incrimina o presidente da República, porque iniciou uma negociação em nome do Ministério da Saúde, como secretário de Comunicação e se dizendo em nome do presidente”, disse o senador.

Renan centrou boa parte das questões que fez em elementos levantados pelo próprio Wajngarten em entrevista à Veja. A revista o ex-auxiliar de Bolsonaro afirmou que entrou em contato com a Pfizer após saber que o laboratório tinha enviado carta ao governo para abrir negociação e ficara sem resposta.

Wajngarten trabalhou como secretário de Comunicação no governo até março deste ano. Nesta quarta, ele negou que tenha negociado com a Pfizer, dizendo que apenas “construiu atalhos” para isso e se esquivou de responder a diversas perguntas a respeito da gestão de Pazuello e da conduta de Bolsonaro.

O ex-secretário afirmou que a carta enviada pela Pfizer permaneceu dois meses sem res-

### Veja 6 contradições de Wajngarten na CPI

#### LICENÇA POR COVID

**Na CPI** Ao ser questionado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) sobre uma campanha feita pela Secom em março de 2020, Wajngarten disse: “Cabe mencionar aqui, senador, que eu fiquei fora o mês de março inteiro, acometido pela Covid. Os 26 dias de março eu fiquei fora”.

**Antes** Em vídeo com o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), quando estava com a doença, Wajngarten disse: “Eu sou a prova viva que, mesmo testado positivo, a vida segue, eu estou trabalhando normal, tenho feito ‘calls’ com ministros, com a Secom, tenho aprovado campanhas, tenho conversado com os criativos das agências de publicidade”.

#### CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DA COVID

**Na CPI** “Nós tivemos, em todos os meses, desde fevereiro de 2020, campanhas informativas, campanhas educativas, campanhas publicitárias, totalizando 11, sendo quatro da Secom e sete do Ministério da Saúde”.

foi divulgada em pelo menos dois perfis oficiais do governo, como a conta no Twitter @SecomVC e, no Instagram, Governo do Brasil.

#### PAZUELLO

**Na CPI** Ele afirmou que vê como incompetência do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello “ficar refém da burocracia” e disse que o general foi “corajoso de assumir a pasta no pior momento da pandemia”.

#### Antes

À revista Veja, Wajngarten afirmou que o acordo para a compra da vacina da Pfizer não teria avançado por “incompetência” e “ineficiência”. Ao ser questionado sobre a quem estava se referindo, disse que “a equipe que gerenciava o Ministério da Saúde”. Na época, a pasta era comandada por Pazuello.

#### PARTICIPAÇÃO NAS NEGOCIAÇÕES COM A PFIZER

**Na CPI** O ex-secretário afirmou que entrou nas discussões a respeito da aquisição de vacinas a pedido do dono de um veículo de comunicação. No entanto,

ma que as imunizações poderiam “proteger milhões de brasileiros”.

O documento é assinado pelo diretor executivo da Pfizer mundial, Albert Bourla. O dirigente da empresa afirma que se reuniu com representantes do Ministério da Saúde e da Economia, além de representantes da embaixada do Brasil nos Estados Unidos.

O ex-secretário de Comunicação da Presidência atribuiu a “incompetência e ineficiência” que o contrato não tenha sido assinado em setembro de 2020. Questionado pela Veja se estava se referindo ao ex-ministro Eduardo Pazuello, Wajngarten disse: “Estou me referindo à equipe que gerenciava o Ministério da Saúde nesse período”.

Na CPI, Renan perguntou se Wajngarten considerava o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello incompetente. Ele tergiversou e o relator disse que ele havia feito a afirmação à revista Veja. “Não chamei. A revista não diz isso e eu não chamei”, respondeu.

Aziz, irritado com a postura do ex-secretário, rebateu. “Vossa Excelência está confiando em quê, meu amigo? A gente se sente protegido quando tem um poder por trás da gente, depois a gente fica abandonado. Estou dando um conselho. Seja objetivo.”

A sessão chegou a ser suspensa e, depois de reiniciada, Aziz ameaçou dispensar o depoente da comissão na condição de testemunha e então convocou-o como investigado.

Os membros da CPI afirmaram que o ex-secretário não estava sendo objetivo quando questionado sobre suas declarações à revista Veja.

O presidente da comissão e Renan chegaram a chamar o ex-secretário de mentiroso. “Eu queria dizer que vou cobrar a revista Veja: se ele não mentiu, que ela se retrate a ele; e, se ele mentiu à revista Veja e a esta comissão, eu vou requerer, na forma da legislação processual, a prisão do depoente, apenas para dizer isso e para não dizerem que nós não estamos tratando a coisa com a seriedade que essa investigação requer”, disse Renan.

Ao final da sessão, Aziz encaminhou o depoimento do ex-secretário ao Ministério Público Federal para apurar crime de falso testemunho.

Em nota, a defesa de Wajngarten disse que ele “respondeu a todos os questionamentos que lhe foram formulados, sem esconder ou omitir informações”. “Jamais faltou com a verdade! E nem teve a intenção de fazê-lo”, acrescentou.

Em outro momento, Renan perguntou a Wajngarten qual teria sido o impacto de declarações negacionistas de Bolsonaro. O depoente respondeu: “Pergunte a ele”. Senadores protestaram e chamaram a fala de desrespeitosa.

O ex-secretário afirmou ainda que é equivocada a impressão de que o governo não efe-

“Vossa excelência está confiando em quê, meu amigo? A gente se sente protegido quando tem um poder por trás da gente, depois a gente fica abandonado. Estou dando um conselho. Seja objetivo.”

Omar Aziz (PSD-AM) presidente da CPI, a Fabio Wajngarten

“A minha atitude foi republicana e no intuito de ajudar [na negociação com a Pfizer]... Busquei o presidente Bolsonaro na busca de uma solução rápida”

Fabio Wajngarten ex-secretário de Comunicação da Presidência, à CPI

“Ele [Wajngarten] disse desconhecer a existência [de um ministério paralelo], mas é o contrário: vossa excelência é a prova da existência dessa consultoria, é a primeira pessoa que incrimina o presidente da República, porque iniciou uma negociação em nome do Ministério da Saúde, como secretário de Comunicação e se dizendo em nome do presidente; é a prova da existência disso”

Se ele mentiu à revista Veja e a esta comissão, eu

voce que roubou dinheiro do pessoal do seu gabinete”, disse o relator, em referência ao suposto esquema da rachadinha no gabinete de Flávio na Assembleia do Rio.

Após a sessão, Renan disse que não iria ao Conselho de Ética contra o filho do presidente por não querer “se misturar com essa gente”. Outros senadores chamaram Flávio de miliciano.

Parlamentares avaliam que o relator sabia que o presidente da CPI não cumpriria a prisão, mas decidiu pedi-la para marcar posição e alertar os próximos depoentes.

Já o xingamento de Flávio foi encarado como um gesto desesperado do Planalto, que teria pedido a interferência dele para tumultuar a CPI.

Na noite desta quarta, Jair Bolsonaro postou vídeo com trecho da participação de Flávio, seu filho, na discussão com Renan. “Com mais de 10 inquéritos no STF, Renan tem moral para querer prender alguém?”, escreveu o presidente. Planalto e aliados de Bol-

sonara do governo federal. Segundo ele, foi enviada em 12 de setembro de 2020, e não houve resposta até 9 de novembro do mesmo ano.

A carta teria sido enviada ao presidente Bolsonaro, ao vice-presidente, Hamilton Mourão, ao ministro Paulo Guedes (Economia), ao então ministro da Casa Civil Walter Braga Netto e ao então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello.

Ciente da ausência de resposta, Wajngarten disse que levou a carta a Bolsonaro e a respondeu em novembro. Disse ter recebido no mesmo dia telefonema do então presidente da Pfizer, Carlos Murillo.

O ex-secretário afirmou que entrou nas discussões a pedido do dono de um veículo de comunicação. No entanto, posteriormente, Wajngarten afirmou que nunca participou das discussões.

Ele disse que a proposta inicial da empresa abordava inicialmente “irrisórias” 500 mil doses de vacinas. Carta da Pfizer mencionada no depoimento por Wajngarten afir-

#### O que disse o TCU

De acordo com o Tribunal de Contas da União, o governo federal gastou a maior parte dos recursos destinados a campanhas publicitárias da Covid na divulgação de medidas econômicas, e não em informações sobre prevenção da nova doença. Dos R\$ 83,6 milhões, apenas R\$ 800 mil foram usados em uma ação para divulgar informações sobre o coronavírus.

#### CAMPANHA 'O BRASIL NÃO PODE PARAR'

##### Na CPI

“Eu me recordei de um vídeo circulando, ‘O Brasil não pode parar’, eu não tenho certeza se ele é de autoria, de assinatura da Secom. Eu não sei se ele foi feito dentro da estrutura ou por algum... E circulou de forma orgânica.”

##### Antes

A campanha com a hashtag #OBrazilNãoPodeParar

posteriormente, Wajngarten disse que nunca participou das discussões e que não negociou com a empresa.

##### Antes

A Veja disse que convidou os diretores da Pfizer para ir à Brasília e que foram feitas várias reuniões.

#### AVAL DE BOLSONARO

##### Na CPI

Afirmou que buscou várias pessoas para mobilizar a compra de vacinas da Pfizer, mas que não tinha aval de Bolsonaro para isso. “Não tem nenhum aval do presidente. Como já disse anteriormente, eu procurei inúmeras pessoas para trazer segurança jurídica para que pudesse adquirir.”

##### Antes

Afirmou à Veja: “Antevi os riscos da falta de vacina e mobilizei com o aval do presidente vários setores da sociedade”.

tuou comunicação durante a pandemia. Por outro lado, reconheceu que grande parte dessas campanhas foram relativas a questões econômicas.

Ele também disse não ter certeza se foi da Secom a campanha lançada em março do ano passado intitulada “O Brasil não pode parar”, que pregava contra o isolamento social.

“Eu não tenho certeza se ele é de autoria, de assinatura, da Secom. Circulou de forma orgânica”, disse ao senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

O vídeo da campanha foi divulgado em redes sociais e depois proibido por ordem do ministro Luís Roberto Barroso, do STF (Supremo Tribunal Federal).

Em seguida o senador Humberto Costa (PT-PE) repetiu a pergunta e lembrou que no dia seguinte à divulgação de um dos vídeos a própria Secretaria de Comunicação da Presidência, chefiada à época por Wajngarten, emitiu nota assumindo a responsabilidade pelo vídeo, que era uma “campanha experimental”.

vou requerer, na forma da legislação processual, a prisão do depoente

Renan Calheiros  
senador (MDB-AL)  
e relator da CPI

“  
Imagina a situação. Um cidadão honesto ser preso por um vagabundo como o Renan Calheiros. Olha a desmoralização. Estão perdendo a visão do todo

Flávio Bolsonaro  
senador (Republicanos-RJ),  
na CPI, provocando a  
suspensão da sessão



# Canetada da Economia eleva salários de Bolsonaro e ministros em até 69%

Remuneração do primeiro escalão pode chegar a R\$ 66 mil com portaria e estourar teto constitucional

Bernardo Caram

**BRASÍLIA** Uma regra editada pelo governo Jair Bolsonaro que autoriza uma parcela de servidores a receber mais do que o teto remuneratório constitucional fará com que o próprio presidente e membros do primeiro escalão tenham aumentos de salário. Os ganhos serão de até 69%, com pagamentos mensais que, a depender da autoridade, poderão ultrapassar R\$ 66 mil.

A medida, colocada em vigor enquanto o funcionalismo está com salários congelados, deve beneficiar Bolsonaro, o vice-presidente, Hamilton Mourão, ministros militares e um grupo restrito de cerca de mil servidore

res federais que hoje têm remuneração descontada para respeitar o teto constitucional.

Publicada no dia 30 de abril, a portaria da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia começou a valer neste mês e terá efeito para os pagamentos realizados a partir de junho. A Constituição define que a remuneração para cargos públicos, pensões e outras vantagens não pode exceder o salário dos ministros do STF, hoje em R\$ 39.293,32.

A portaria inova ao criar uma espécie de teto duplo. Ela estabelece que o limite remuneratório incidirá separadamente para cada um dos vínculos no caso de aposentados e militares inativos que retornaram à atividade no serviço público.

Com isso, a medida significa que o teto total para essas pessoas passa a ser de R\$ 78.586,64 por mês. Entre os membros da cúpula do Executivo que serão beneficiados pela mudança, Bolsonaro deve ter o aumento mais modesto.

Hoje, ele recebe R\$ 30,9 mil pela função de presidente



Bolsonaro, Mourão e Walter Braga Netto (Defesa), que poderão receber mais que o teto constitucional. Pedro Ladeira - 8.abr.21/Folhapress

e tem mais R\$ 10,7 mil em outros benefícios, mas é feito um corte de R\$ 2.300 para que o teto seja obedecido.

Mourão, que é general da reserva, terá aumento de quase 64%. A remuneração mensal bruta deve deixar de ter um abatimento feito atualmente, de R\$ 24,3 mil, para respeitar o teto. Com isso, o valor bruto passa de R\$ 39,3 mil para R\$ 63,5 mil, diferença de 62%.

Entre os ministros militares, o maior salto no salário fica com o chefe da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos. O governo deve deixar de fazer um desconto mensal de R\$ 27 mil, levando a remuneração a

R\$ 66,4 mil — a alta de 69%. Na lista, também aparece o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, com aumento de R\$ 22,8 mil, totalizando R\$ 62 mil por mês (alta de 58%).

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno, deve passar a receber um adicional de R\$ 23,8 mil. O salário irá para R\$ 63 mil (+60%).

Há ainda o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, com elevação de R\$ 17,1 mil, indo a R\$ 56,4 mil por mês (aumento de 44%).

De acordo com o Ministério da Economia, das mil pessoas que serão beneficiadas pela regra, mais de 70% são médicos e professores. O teto duplo vale para profissionais dessas

áreas que acumulam funções. O impacto fiscal da medida pode variar, mas é estimado pelo governo em aproximadamente R\$ 66 milhões ao ano. Isso significa que cada um dos mil servidores alcançados receberá em média R\$ 5,000 a mais por mês. Portanto, o benefício à cúpula do governo será maior do que para o restante dos atingidos. Como exemplo, o gasto anual estimado seria suficiente para pagar 66 mil beneficiários por quatro meses, considerando valor médio de R\$ 250.

O ministério afirma que a portaria adequa o cálculo do teto a decisões do STF e do TCU (Tribunal de Contas da União).

Segundo a pasta, a aplicação desses entendimentos

foi aprovada pela AGU (Advocacia-Geral da União) em dezembro de 2020.

Na avaliação do secretário-geral da Associação Contas Abertas, Gil Castello Branco, o governo é contraditório ao adotar uma medida que aumenta salários de uma pequena parcela do funcionalismo ao mesmo tempo que os servidores públicos estão com salários congelados.

Para ele, a decisão vai na contramão dos planos para a reforma administrativa e o fim dos supersalários.

"Em plena pandemia, no momento de graves dificuldades fiscais, causa surpresa a criação da possibilidade de um servidor ganhar até dois tetos. O ajuste fiscal será somente em cima do barnabé?"

Castello Branco afirmou que essa é mais uma medida para driblar o teto remuneratório, que já é desrespeitado há mais de 30 anos por decisões judiciais e interpretações de interesses corporativos.

Em audiência no Congresso na terça-feira (11), o ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que o governo está apenas respeitando a decisão do STF. Ele ressaltou que, para acabar com os pagamentos acima do teto, o Legislativo precisa aprovar um projeto com essa definição.

"Foi falado muito sobre a decisão dos supersalários, dinheiro para presidente e vice-presidente. Estamos simplesmente cumprindo uma decisão do Supremo. Sou obrigado a cumprir uma decisão do Supremo. Aleia gente obedece", disse o ministro. Apesar da afirmação desta semana, Guedes já afirmou, em setembro do ano passado, que os salários da alta administração brasileira são muito baixos.

Bolsonaro, por sua vez, disse, em dezembro de 2019, que os ministros aceitaram trabalhar "basicamente como voluntários" e, na avaliação dele, "sem ganho nenhum".

No Congresso, há projetos para regulamentar o trecho da Constituição e impedir que o teto seja descumprido.

Hoje, apesar da existência do limite, diversos penduricalhos ficam fora dessa conta e acabam inflando as remunerações. As propostas de lei, no entanto, nunca tiveram aprovação concluída pelos parlamentares.

Procurador, o Ministério da Defesa e a Casa Civil ressaltaram que a portaria regulamentou decisões do STF e do TCU.

Sem mencionar que apenas uma fração do funcionalismo será beneficiada, as pastas disseram que todos os servidores do Executivo serão abarcados pela medida.

Os dois ministérios não comentaram os aumentos de Braga Netto e Ramos.

O Gabinete de Segurança Institucional e a Vice-Presidência da República afirmaram que não iriam se manifestar. O Palácio do Planalto e o Ministério da Ciência e Tecnologia não haviam respondido até a conclusão desta reportagem.

## Portaria do Ministério da Economia libera salário acima do teto para alto escalão

Pela Constituição, remuneração máxima hoje é de R\$ 39.293,32

Autoridade	Também é	Abate-teto atual, em R\$	Remuneração bruta atual (teto do funcionalismo), em R\$	Novo valor bruto mensal, em R\$	Diferença, em %
Luiz Eduardo Ramos Cas Civil	General da reserva do Exército	-27.070,24	39.293,32	66.363,56	69
Hamilton Mourão Vice-presidente	General da reserva do Exército	-24.311,71	39.293,32	63.605,03	62
Augusto Heleno Cab. de Segurança Instit.	General da reserva do Exército	-23.794,99	39.293,32	63.088,31	61
Walter Braga Netto Defesa	General da reserva do Exército	-22.759,39	39.293,32	62.052,71	58
Marcos Pontes Ciência e Tecnologia	Tenente-coronel da reserva da Aeronáutica	-17.143,98	39.293,32	56.437,30	44
Jair Bolsonaro Presidente	Capitão reformado do Exército	-2.344,53	39.293,32	41.637,85	6

As regras

### Teto remuneratório

Constituição define que a remuneração para cargos públicos, pensões e outras vantagens não pode exceder o salário dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), hoje em R\$ 39.293,32

### Nova portaria

Cria uma espécie de teto duplo. Estabelece que o limite remuneratório incidirá separadamente para cada um dos vínculos no caso de aposentados e militares inativos que retornaram à atividade no serviço público. Também vale para professores e médicos que acumulam funções

### 1.000

É o número de servidores que serão beneficiados pela medida. O funcionalismo federal é composto por cerca de 590 mil servidores

### R\$ 66 milhões

É o impacto fiscal da medida por ano

Fonte: Portal da Transparência

PAULO – São Paulo – 13/05/2021

# Setor de serviços cai 4% em março e volta a ficar abaixo do pré-pandemia

Segmento, que incluindo hotéis, bares e restaurantes, é prejudicado pelo aperto nas restrições de atividade para evitar o contágio por Covid

Leonardo Vieceli

**PORTO ALEGRE** Com a piora da pandemia e o aumento de restrições a atividades, o setor de serviços amargou queda em março. Na comparação com fevereiro, o segmento registrou baixa de 4% no volume de negócios. Foi a primeira redução após dois avanços mensais e a maior desde abril de 2020.

O IBGE divulgou o resultado nesta quarta (12). Com a contração, o setor de serviços voltou a ficar abaixo do nível pré-pandemia, que havia sido recuperado em fevereiro. Está em patamar 2,8% inferior ao do segundo mês do ano passado.

Três dos cinco grupos de atividades contempladas pela pesquisa ficaram no vermelho. A maior baixa foi sentida pelos serviços prestados às famílias, que desabaram 27%. Nesse grupo, a queda mais intensa foi a de alojamento e alimentação, de 28%.

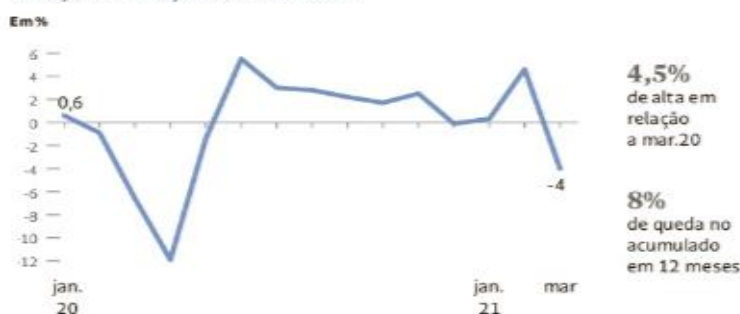
Para Rodrigo Lobo, gerente da pesquisa do IBGE, os números refletem o impacto da pandemia em atividades que dependem da circulação de consumidores, incluindo hotéis, bares e restaurantes. Em março, devido ao avanço da Covid-19, governos estaduais e prefeituras elevaram restrições, o que afetou a atividade.

"A pandemia impôs perdas importantes para empresas que têm perfil presencial de serviços", pontuou Lobo.

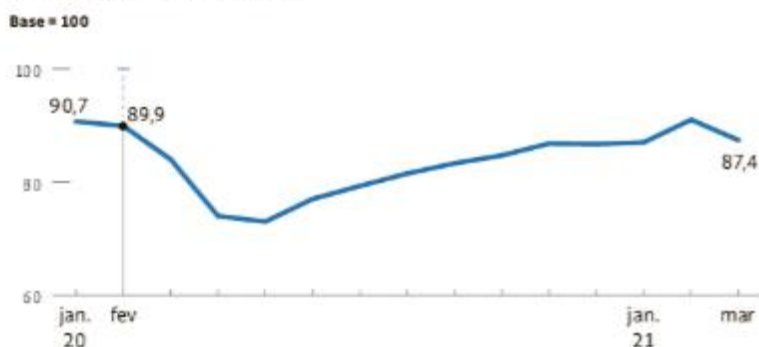
Na comparação com março de 2020, o setor subiu 4,5%. Em igual mês do ano passado, a economia vivia os primeiros efeitos da crise sanitária.

## Setor de serviços volta a cair em março

Variação em relação ao mês anterior

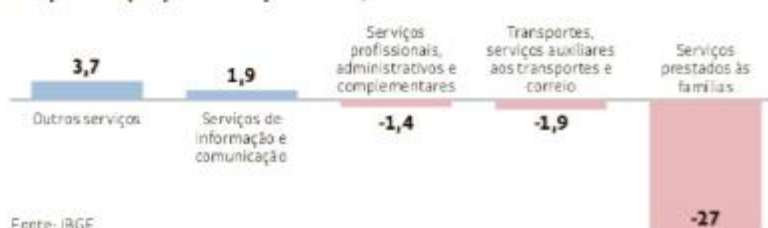


Evolução do setor, em pontos



Desempenho por atividades

Varição na comparação entre março e fevereiro, em %





O IBGE também informou que o segmento fechou o primeiro trimestre com retração de 0,8%. Em 12 meses, a baixa foi mais intensa, de 8%.

Entre as atividades, o grupo de transportes, serviços auxiliares e correio teve a segunda maior queda em março. Em relação a fevereiro, houve baixa de 1,9%.

Na outra ponta, o ramo de outros serviços cresceu 3,7%, a maior alta entre as atividades. Informação e comunicação também ficaram no azul, com elevação de 1,9%.

“Setores de serviços tradicionais, como restaurantes, hotéis e transporte de passageiros, estão sofrendo bastante com a crise. Por outro lado, temos atividades ligadas à área de tecnologia da informação em uma situação melhor”, diz o economista Gustavo Inácio de Moraes, professor da



#### HAVAN DÁ PASSO PARA RETOMAR IPO

A varejista do empresário bolsonarista Luciano Hang pediu nesta quarta (12) o registro de companhia aberta. O pedido não veio acompanhado de solicitação para IPO, processo que fora suspenso em outubro, o que indica que a Havan preferiu esperar o melhor momento para a operação.

Escola de Negócios da PUC-RS.

Após desabar no começo da pandemia, a prestação de serviços teve sinais de melhora. Engatou seis altas consecutivas de junho a novembro do ano passado. A questão é que a piora na crise sanitária voltou a preocupar na largada de 2021.

“Não há como negar, a queda de serviços em março está muito ligada aos efeitos da crise da Covid-19. Esse é o setor que foi mais prejudicado pela pandemia”, diz a economista Cristiane Quataroli, do Banco Ourinvest.

O agravamento da crise também impactou os outros dois grandes setores pesquisados pelo IBGE. Na semana passada, o instituto confirmou que tanto a produção industrial quanto o comércio caíram em março, na comparação com fevereiro. A indústria também

zerou os ganhos da pandemia.

Além do recrudescimento da Covid-19, a paralisação de programas de estímulo freou a economia após a virada do ano. O auxílio emergencial, por exemplo, só foi retomado em abril, com redução nos valores pagos e corte no número de beneficiários. Em 2020, o programa serviu para proteger a renda de trabalhadores e incentivou o consumo.

Para Cristiane, a volta de medidas como o auxílio emergencial pode beneficiar a atividade econômica, incluindo serviços, nos próximos meses. Contudo, a inflação em alta ameaça a tentativa de reação, diz.

Moraes acrescenta que a retomada consistente de serviços depende do avanço da vacinação contra o coronavírus. “O setor precisa muito da circulação de clientes.”

## Bolsonaro sanciona afastamento de grávida do trabalho presencial durante crise sanitária

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro sancionou um projeto de lei que determina o afastamento de atividades presenciais de funcionárias grávidas durante a pandemia, sem prejuízo na remuneração.

A proposta foi aprovada pelo Senado em abril. O texto estabelece que as trabalhadoras gestantes deverão permanecer à disposição para exercer suas atividades remotamente, por meio do teletrabalho.

“Nesse cenário, a sanção presidencial é uma importante medida à preservação da entidade familiar e representa uma medida saudável para proteção das gestantes

**119** é o número de grávidas que morreram de Covid no país entre 3 de janeiro e 20 de março deste ano; em 2020, foram 252

e, ao mesmo tempo, para utilização de sua força de trabalho de forma segura”, afirmou o governo, em nota.

Como mostrou reportagem da Folha, a letalidade da Covid entre grávidas avançou neste ano. O número parece pequeno perto do total de vítimas brasileiras da pandemia, mas, proporcionalmente, chama atenção: em menos de três meses de 2021, o coronavírus matou quase metade do total de gestantes vítimas da doença no primeiro ano da enfermidade.

Entre 3 de janeiro e 20 de março, 119 grávidas morreram de Covid no país, 47% das 252 gestantes vitimadas em 2020.

Em abril, o Ministério da

Saúde decidiu incluir todas as gestantes e puérperas (até 45 dias do pós-parto) no grupo prioritário de vacinação contra a Covid-19. A medida consta de nota técnica da pasta divulgada aos estados e municípios. Na nota, a pasta diz que a decisão pela inclusão das gestantes na campanha de vacinação considerou possíveis riscos e benefícios.

O ministério afirma também que, ainda que a segurança e eficácia das vacinas contra a Covid não tenham sido avaliadas em gestantes, vacinas de plataformas de vírus inativado (como é o caso da Coronavac) já são utilizadas por esse grupo no Calendário Nacional de Vacinação.



# Cármen vota contra o governo em causa bilionária sobre ICMS

Relatora defende que exclusão do imposto da base de cálculo do PIS e da Cofins valha a partir de março de 2017

Matheus Teixeira

**BRASÍLIA** A ministra Cármen Lúcia votou nesta quarta-feira (12) para que o Supremo declare que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins vale desde março de 2017, quando a corte firmou esse entendimento.

A posição da magistrada, que é relatora do caso, representa uma derrota para o governo federal, que pede ao STF que estabeleça que a regra sobre o imposto só tem efeito daqui em diante.

As empresas, por sua vez, solicitam que a exclusão do ICMS da base de cálculo das duas contribuições tenha efeito retroativo ilimitado.

Como a lei estabelece que o contribuinte só pode requerer a devolução de imposto pago nos últimos cinco anos, o voto de Cármen reduz um pouco o prejuízo à União, uma vez que, para ela, a regra deve ser aplicada desde o último julgamento do tema, que ocorreu quatro anos e dois meses atrás.

O governo federal estima um impacto superior a R\$ 229 bilhões aos cofres públicos em caso de derrota. No voto de Cármen, o cálculo deve ser reduzi-

do, uma vez que ela restringiu os efeitos da decisão ao período posterior à decisão de 2017.

O prejuízo também deve diminuir um pouco porque a ministra restringiu a determinação de não retroatividade da regra para quem já está com ação judicial ou procedimento administrativo em curso sobre o tema.

O julgamento do tema tem atraído muita atenção do governo. No fim de abril, o ministro da Economia, Paulo Guedes, teve uma reunião com o presidente do STF, Luiz Fux, para pedir que a corte evitasse um prejuízo à União.

Não há uma certeza sobre o tamanho do impacto que uma decisão totalmente contra a União representaria, mas todas as estimativas passam de R\$ 220 bilhões.

Segundo a Receita, o potencial impacto econômico está na ordem de R\$ 258,3 bilhões. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020, o governo estimou que o prejuízo ficaria na casa dos R\$ 229 bilhões.

Na reunião com Fux, por sua vez, Guedes afirmou que esse valor pode passar de R\$ 245 bilhões.

Há ao menos 10 mil processos sobre o tema em curso

no Judiciário à espera de uma decisão do Supremo.

Não é só o Executivo que tem pressionado o STF. Em carta enviada ao presidente do Supremo, a CNI (Confederação Nacional da Indústria), a CNT (Confederação Nacional do Transporte) e outras entidades que repre-

## + Histórico

**2017** O STF decide que o ICMS não pode ser incluído na base de cálculo do PIS/Cofins. A decisão tem efeito de repercussão geral, ou seja, vale para todas as ações na Justiça

**2017** A PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) recorre ao STF para tentar restringir o impacto da decisão sobre os cofres públicos

**2017-2021** Enquanto o recurso não é analisado, tribunais de 2ª instância e o próprio STF têm aplicado a decisão de 2017 e considerado que as ações transitaram em julgado

**2021** STF analisa recurso

sentam o setor privado foram no sentido oposto do Executivo e pediram que não seja restringido o alcance da decisão de 2017 sobre o tema.

A primeira derrota para a União foi há quatro anos, quando, por 6 a 4, o STF disse que o ICMS não faz parte do faturamento ou da receita da empresa e, por isso, deve ser excluído da base de cálculo das contribuições sociais.

Assim, os valores que as empresas pagam ao governo em PIS e Cofins devem ser reduzidos, uma vez que o imposto sobre circulação não incide também sobre eles.

Como o Supremo não definiu a extensão do resultado do julgamento de 2017, instâncias inferiores do Judiciário têm dado decisões contrárias à União.

Empresas de grande porte já afirmaram em seus balanços terem se beneficiado do novo entendimento ao conseguirem recuperar tributos que já haviam pagado.

A intenção do governo é evitar que novas decisões nesse sentido sejam tomadas, mantendo nos cofres públicos tudo o que já foi recolhido.

Antes de 2017, o STF declarou, em 2014, a inconstitucionalidade dessa inclusão. Na ocasião, porém, o julgamento não tinha repercussão geral.

As empresas que acionam a Justiça argumentam que o ICMS não faz parte do faturamento ou receita de uma companhia e, portanto, o cálculo do PIS/Cofins deve ser unicamente sobre o faturamento — e, assim, não incluir outro imposto (no caso, o ICMS) para calcular novo imposto.

O caso concreto do recurso em que foi aplicada a repercussão geral e que foi analisado em 2017 trata de ação contra a União da Imcopa Importação, Exportação e Indústria de Óleos Ltda.

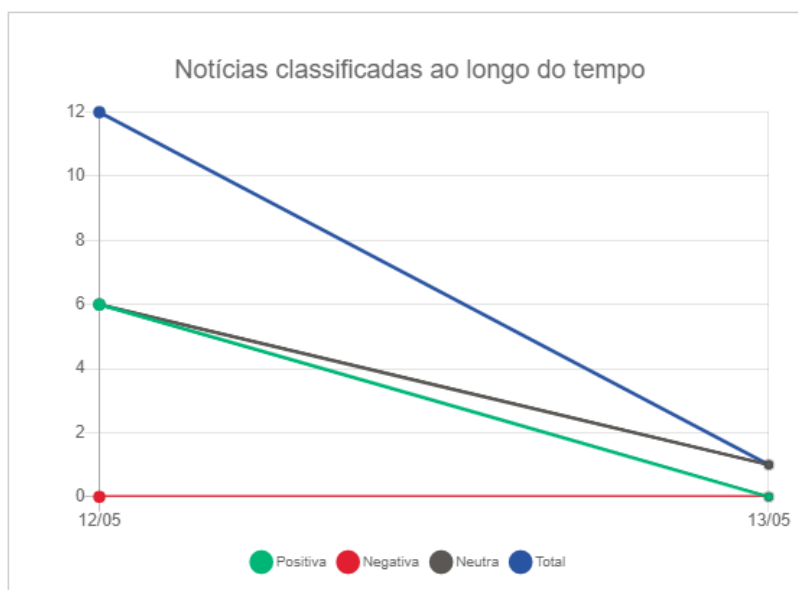
## GRÁFICOS

**6**  
Positiva

**0**  
Negativa

**7**  
Neutra

**13**  
Total



### Principais Fontes

FONTES	NOTÍCIAS
<a href="http://www.tribunadonorte.com.br/">HTTP://WWW.TRIBUNADONORTE.COM.BR/</a>	2
<a href="http://blog.tribunadonorte.com.br/">HTTP://BLOG.TRIBUNADONORTE.COM.BR/</a>	1
<a href="https://bahiaeconomica.com.br/">HTTPS://BAHIAECONOMICA.COM.BR/</a>	1
<a href="https://blogantenado.com/">HTTPS://BLOGANTENADO.COM/</a>	1
<a href="https://blogdowashington.com.br/">HTTPS://BLOGDOWASHINGTON.COM.BR/</a>	1

### Porcentagem das Principais Fontes

